



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
1. RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES – CONSULTA PÚBLICA PRÉVIA	5
1.1 SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES E DEVOLUTIVA	5
FICHA TÉCNICA.....	9
ANEXO – DEVOLUTIVA CONSULTA PÚBLICA	10

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Intervenção Urbana – PIU – compreendido como processo de estruturação de projetos de interesse público capaz de reunir e articular os estudos técnicos necessários a promover o ordenamento e a reestruturação urbana em áreas subutilizadas e com potencial de transformação foi disciplinado pelo Decreto nº 56.901 de 29 de março de 2016. Com o objetivo de fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade, este decreto também definiu os conteúdos integrantes do PIU, associando-os a etapas sucessivas, dentre as quais, etapas para a divulgação à população, a fim de possibilitar o acompanhamento dos estudos e contribuir para a construção de um projeto pactuado entre todos.

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e da SP-Urbanismo, em 14 de setembro de 2018, utilizando-se de ferramenta participativa, disponibilizou na web (<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/contribua-na-consulta-publica-do-piu-arco-pinheiros/>) o diagnóstico socioterritorial e o programa de interesse público do projeto para comentários, que subsidiarão o desenvolvimento dos estudos do PIU Arco Pinheiros e permitirão entender a expectativa dos munícipes em relação ao futuro desta região. Nesta página, os campos de comentários disponíveis ao cidadão foram segmentados por temas, visando facilitar a compreensão do assunto em debate e a sistematização posterior dos comentários.

O conteúdo da Consulta Pública Prévia foi consolidado e integrou o produto P.08 do Termo de Referência do contrato nº 004/2018/SMUL, pactuado entre SMUL e SP-Urbanismo para a execução de cinco Projetos de Intervenção Urbana (PIU) por parte desta Empresa, dentre eles o projeto do PIU Arco Pinheiros, organizado da seguinte forma:

- Apresentação;
- Motivação;
- Diagnóstico socioterritorial;
- Programa de Interesse Público;
- Diretrizes e viabilidade da transformação;
- Adensamento populacional e construtivo;
- Impacto esperado da intervenção e
- Modelo de gestão democrática.

O prazo mínimo estabelecido pelo decreto de divulgação da 1ª consulta pública, 20 dias, terminaria em 04 de outubro, mas considerando a relevância dos processos de participação popular este prazo foi estendido até 1 de novembro. Decorridos os 20 dias iniciais da Consulta Pública, as primeiras contribuições colhidas foram objeto de relatório preliminar (P.09) do referido contrato e, transcorrido o período de

prorrogação do prazo, a totalidade das contribuições passaram a compor este relatório consolidado cuja finalidade é consolidar e analisar as sugestões e críticas recebidas, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de planejamento e desenvolvimento do Projeto de Intervenção.

A proposta referente às próximas etapas do PIU ainda será debatida em diálogos com a sociedade civil, associações, ONG's, coletivos, em audiência pública e em uma nova consulta pública, resultando em um Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Municipal, tratando dos instrumentos de política urbana e de gestão ambiental, nos termos do PDE, para promoção do ordenamento e reestruturação urbana deste território.

1. RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES – CONSULTA PÚBLICA PRÉVIA

1.1 Sistematização das contribuições e devolutiva

Os comentários foram sistematizados por eixos temáticos, sendo que algumas contribuições contemplaram mais de um eixo. São eles:

- i. **Mobilidade:** foram abordados temas como a extensão da linha verde do metrô, ciclovia, corredor de ônibus na Av. Dr. Gastão Vidigal e nova ponte sobre o Rio Pinheiros;
- ii. **Equipamentos públicos:** tratou da ampliação da rede de equipamentos públicos;
- iii. **Modelo de Gestão/Econômico:** definição de prioridades para aplicação dos recursos públicos, a necessidade de compatibilização dos projetos internos ao perímetro e a definição de metas;
- iv. **Habitação:** implantação de novas unidades habitacionais e de moradia estudantil, ZEIS;
- v. **Meio ambiente:** ampliação de áreas verdes, contaminação do solo, reabertura de córregos;
- vi. **Comunicação:** importância de ampliar os canais de comunicação do projeto;
- vii. **Ceagesp:** destino da área atualmente ocupada pela Ceagesp no caso da saída das atividades;
- viii. **PIU Vila Leopoldina-Villa Lobos (PIU-VL):** interface entre os PIU Arco Pinheiros e PIU VL, bases jurídicas;
- ix. **Adensamento/Urbanismo:** justificativas para o adensamento, compatibilidade em relação a infraestrutura existente;
- x. **Parque Tecnológico:** base urbanística e legal para a consolidação de atividades tecnológicas;
- xi. **USP:** parâmetros urbanísticos para o entorno.

Conforme relatório prévio, no primeiro período de disponibilização do diagnóstico socioterritorial e do programa de interesse público para consulta pública, entre os dias 14 de setembro e 04 de outubro de 2018, foram contabilizados um total de **24 contribuições**, sendo 14 delas de provenientes de pessoas físicas e o restante de pessoas jurídicas como ONGs e construtoras. Neste primeiro conjunto de comentários, os eixos temáticos abordados foram Mobilidade, Equipamentos públicos, Modelo de Gestão/Econômico, Habitação, Meio ambiente e Comunicação, destacando-se o **eixo temático de mobilidade**, que correspondeu a **58%** das contribuições.

Incorporadas as 91 novas contribuições, totalizando 115, novos temas também foram trazidos à pauta, como o futuro da Ceagesp, o PIU VL, questões relativas à Adensamento/Urbanismo, Parque Tecnológico e USP. O tema relativo ao PIU VL passou a predominar sobre os demais, com **30%** das contribuições totais, o que reflete a etapa de discussão pública do PIU VL, mais avançada em processo participativo específico. Na sequência, Ceagesp, Habitação, Meio Ambiente e Mobilidade completam os eixos com maior recorrência.

No que diz respeito à devolutiva da consulta pública, contribuições sobre o mesmo tema e assunto foram agrupadas para resposta em bloco, além de comentários que contém exatamente o mesmo texto. Ademais, identificamos que algumas contribuições propostas já integram as diretrizes do PIU ACP, tais como:

- **implantar nova ponte sobre o Rio Pinheiros:** sua localização exata ainda não foi definida, será objeto de discussão entre os órgãos competentes e validada junto à sociedade civil;
- **melhorar as conexões com as estações e terminais de transporte:** é diretriz do PIU ACP ampliar e melhorar os acessos, travessias e passeios públicos no entorno das estações de transporte público coletivo de alta capacidade (estações ferroviárias) e incentivar a integração multimodal das estações ferroviárias existentes com outros modos de transporte público e/ou com outros modos de transporte não motorizado;
- **ampliar e complementar o sistema cicloviário:** ampliar a rede de ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas e ciclopasseiras, visando principalmente: i) a complementação de trechos atualmente desconectados, ii) a transposição barreiras urbanas e iii) facilitar o acesso à rede de transporte público coletivo de alta capacidade e aos equipamentos públicos existentes e propostos. Além disto, fazer gestão junto aos órgãos responsáveis pela rede de transporte e pelos equipamentos públicos para implantação de bicicletários ou paraciclos, adequados à demanda de cada ponto.

Tópico recorrente foi a extensão da Linha 2 (Verde) do metrô e da Linha 9 (Esmeralda) da CPTM, ambas sob responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Sobre esse aspecto, coube reiterar que tais linhas ainda contam com traçados não consolidados, cabendo à Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) e às empresas a ela ligadas (Metrô e CPTM) o periódico redesenho da rede de transporte de alta capacidade na Região Metropolitana. Além disso, as periódicas revisões da rede de alta capacidade baseiam-se na evolução dos dados das Pesquisas Origem Destino (1967, 1977, 1987, 1997, 2002, 2007 e 2012). A Pesquisa Origem Destino 2017, cuja consolidação dos números é esperada para os próximos meses, deve então iniciar um novo processo de estudo e simulação de cenários dos deslocamentos na metrópole, resultando, no futuro, em um possível redesenho da rede.

Outro tema de mobilidade presente em diversas contribuições foi o comprometimento da qualidade da Avenida Dr. Gastão Vidigal, pois as contribuições relacionaram a implantação do corredor como um impacto de caráter negativo. Neste sentido, este tema, no âmbito dos estudos do Arco Pinheiros, deverá ser objeto de discussão entre a SP-Urbanismo e as secretarias e órgãos competentes (SPTrans, CET e SIURB), a fim de se propor solução eficiente em relação à mobilidade e qualificadora quanto ao ambiente urbano.

As contribuições relacionadas ao eixo habitacional apontaram a preocupação de que as novas unidades habitacionais estivessem relacionadas a equipamentos e áreas verdes e a necessidade de

incentivo à implantação de moradia estudantil. Ambas as contribuições são consonantes com as diretrizes apresentadas no produto P08 - Diretrizes e viabilidade da transformação, que nos termos do PDE, propõe:

- **qualificação da vida urbana dos bairros**, incentivando a transformação de áreas monofuncionais capazes de receber novos usos, bem como a implantação de um sistema de áreas verdes composto por praças, parques integrados por alamedas e bulevares.
- **criação de nova frente da USP/Parque Tecnológico do Jaguaré**, ao implantar uma nova frente urbana nas quadras lindeiras à Av. Politécnica, que abrigue usos associados à pesquisa e inovação e à moradia estudantil.

Ainda no eixo da habitação, também foram feitos apontamentos com relação às ZEIS, com sugestões de ampliação da quantidade, incentivos para produção privada de ZEIS e destinação de ZEIS 1 no PIU VL. Conforme esclarecimento a ser disponibilizado na devolutiva, o PIU não propõe ou altera as zonas definidas pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS, ele adéqua os parâmetros urbanísticos de modo a viabilizar a transformação do território pretendida em consonância com as diretrizes gerais do PDE e com as diretrizes específicas do PIU. Quanto aos incentivos, O PDE já dispõe de outorga gratuita para EHIS e EZEIS, definindo para estes empreendimentos fator de interesse social igual a zero, seja por iniciativa pública ou privada.

Em relação aos questionamentos relacionados ao PIU VL e sua inserção e relação com o PIU ACP, coube, primeiramente, um esclarecimento do processo: a proposta do PIU VL teve origem em agosto de 2016 por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. Segundo, coube também o esclarecimento que o desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP-Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais.

No que diz respeito ao adensamento, foi importante destacar que o PIU ACP propõe o adensamento populacional e construtivo baseado na melhoria da infraestrutura que contemplará equipamentos públicos de acordo com a necessidade identificada por cada secretaria. O Programa de

Intervenções a ser elaborado pelo PIU ACP será implantado por meio dos recursos auferidos através da venda de potencial adicional de construção, considerando um horizonte 30 anos.

Por fim, quanto ao eixo de gestão, destaca-se o reconhecimento do papel do PIU ACP de projeto articulador e integrador de territórios monofuncionais, desconectados e sob a governança de diferentes esferas de governo (municipal, estadual e federal), bem como o desafio a ser enfrentado pelo projeto em relação à compatibilidade de prazos de implantação dos projetos.

Todas as contribuições que serão divulgadas, a partir da anuência de SMUL, foram sistematizadas e detalhadas na planilha anexa a este relatório.

PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA ARCO PINHEIROS

FICHA TÉCNICA

José Armênio de Brito Cruz – **Presidência da São Paulo Urbanismo**

Leonardo Amaral Castro – **Diretoria de Desenvolvimento**

Arquitetos

Anna Carvalho de Moraes Barros

Daniela Tunes Zilio

Eduardo Tavares de Carvalho

Laísa Bócoli Chamme

Marlon Rubio Longo

Mariana Bertelli

Rafael Giorgi Costa

Sônia da Silva Gonçalves

Engenheiro

Waldir Macho de La Rubia

Tecnólogo

Ana Claudia Rocha Bonfim

Estagiário de Arquitetura

Pedro Henrique Aragão Sena

Design Gráfico

Thomas Len Yuba

Estagiários de Design Gráfico

Davi Masayuki Hosogiri

Flávia Lopes Martins Pereira

ANEXO – DEVOLUTIVA DA CONSULTA PÚBLICA PRÉVIA

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
23	Henrique Zerbinatti (Morador Jaguaré)	jhzerbinatti@gmail.com	Concordo com Eduardo Fiora. Tenho falado com um dono de Box do CEAGESP e ele me passou exatamente que não existe nenhuma conversa por parte da CEAGESP em se mudar do local, pois existe um problema com relação ao contrato dos donos de Box (que não prevê caducidade gerando insegurança jurídica para uma remoção forçada) assim como um problema político uma vez que a CEAGESP sendo uma estatal federal acaba sendo utilizada como cabide de empregos por deputados federais do país inteiro, que não tem nenhum incentivo político para abrir mão dessa regalia. A mudança do entreposto depende da aprovação por parte de Brasília, então antes de gastar dinheiro com esse projeto, que eu defendo que deva ser levado para a frente, a prefeitura deveria trabalhar junto ao governo federal para verificar a viabilidade da retirada do entreposto da Vila Leopoldina. Corre-se o risco de ter um projeto maravilhoso, que conte com a participação e colaboração das comunidades impactadas, mas que nunca vá sair do papel caso a saída do CEAGESP do local não se concretize.	CEAGESP	03/10/2018 20:21	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.
39	Thalita Paes	thalita.duque@gmail.com	- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto? - Por qual	CEAGESP	31/10/2018 11:02	Comentários	
41	Denilce De araujo	denilcard@hotmail.com	Também quero saber qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?	CEAGESP	31/10/2018 17:08	Comentários	
48	Fabio Ramos	fmosbr@gmail.com	- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofun	CEAGESP	01/11/2018 12:18	Comentários	
57	Marcio Mariz de Oliveira	marciomariz@yahoo.com.br	- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?	CEAGESP	01/11/2018 13:18	Comentários	
70	Hugo Quinsan Soares Pereira	hugoqsp@gmail.com	Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?	CEAGESP	01/11/2018 14:02	Comentários	
74	Samantha Costa	samcosta73@hotmail.com	Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?	CEAGESP	01/11/2018 14:13	Comentários	
84	Carlos Henrique Hass	carloshass@gmail.com	Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?	CEAGESP	01/11/2018 14:38	Comentários	

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
89	Denise Schmitt (Moradora Vila Leopoldina)	denisegschmitt10@gmail.com	As propostas do Arco de Pinheiros vão completamente as necessidades da nossa região. A população é contra o adensamento populacional sem estrutura! Enfrentamos sérios problemas de energia elétrica, transporte, inundações, trânsito de caminhões...não precisamos e não queremos este projeto! E a saída do Ceagesp?? Não está sendo considerado o polo tecnológico defendido agora por nosso governador?? Sou completamente contra!	CEAGESP	01/11/2018 15:33	Comentários	
86	Valentina Almeida Izidoro (Moradora Vila Leopoldina)	valentinaalmeidaizidoro@gmail.com	Como é público e notório, o ex-prefeito de São Paulo que foi recentemente eleito como próximo Governador de São Paulo, fez diversas declarações afirmando que a prefeitura enviaria um projeto de construção de um polo tecnológico no terreno da CEAGESP. Por que isso não está contemplado neste projeto???????? O que houve? Desalinhamento completo e absoluto de comunicação com a população da região? O que aconteceu em tão pouco tempo para que esses planos mudassem drasticamente? Mudanças como essas, em pleno ano de eleições, justificam-se? Por favor, peça a retificação deste projeto no sentido de INCLUIR O POLO TECNOLÓGICO QUE FOI AMPLAMENTE DIVULGADO E VENDIDO PARA A POPULAÇÃO DA REGIÃO!!!!!! AGORA É A HORA DE ENTREGAR DE FATO AS PROMESSAS DE CAMPANHA!!!	CEAGESP	01/11/2018 14:42	Comentários	
93	ana dominguez	azap@uol.com.br	As propostas do Arco de Pinheiros vão completamente as necessidades da nossa região. A população é contra o adensamento populacional sem estrutura! Enfrentamos sérios problemas de energia elétrica, transporte, inundações, trânsito de caminhões...não precisamos e não queremos este projeto! E a saída do Ceagesp?? Não está sendo considerado o polo tecnológico defendido agora por nosso governador?? Sou completamente contra!	CEAGESP	01/11/2018 17:50	Diretrizes e viabilidade da transformação	
94	Thais Manfrim	thaiseyre@uol.com.br	Não concordo. Como essas famílias farão para manter toda a manutenção que este empreendimento irá gerar? Se o Ceagesp vai sair da região, pq não levar as famílias próximas da nova região já que elas vivem de trabalhos originados desse mercado?	CEAGESP	01/11/2018 18:02	Comentários	
110	Cristina Peniche (Moradora)	cristinapeniche@gmail.com	Não faz sentido utilizarem o Ceagesp para adensamento populacional em uma região que esta carente de tanta infraestrutura e principalmente oportunidades de empregos. Os moradores do bairro precisam sair da região para buscar empregos ou se deslocarem para trabalhar. Porque não seguem com os planos do Doria (ex-Prefeito e futuro Governador) de criar um polo tecnológico ali no CEAGESP e com isso provocar um verdadeiro desenvolvimento estruturado desta região?	CEAGESP	02/11/2018 21:38	Comentários	
115	Diego Gonçalves Coelho	diego.gcoelho@gmail.com	- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?	CEAGESP	03/11/2018 13:12	Comentários	
56	Maria Aparecida P. Vecchione (moradora)	CIDAVECCHI@YAHOO.COM.BR	Não concordo com a exclusão das comunidades da região – Favelas da Linha Nove e assentamentos precários do Cingapura Madeirit, pois o projeto PIU Arco Pinheiros não as indica como áreas sujeitas à reurbanização e requalificação, como se não	CEAGESP / HABITAÇÃO	01/11/2018 13:04	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
			<p>existissem no mapa.</p> <p>As pessoas moram lá a mais de 50 anos e já tem direitos garantidos pelo terreno, não podem simplesmente ser transferidas para outras áreas.</p> <p>Outra contradição desse projeto é que o Governo Municipal, através de diversas declarações à imprensa, sinalizou com um polo tecnológico no lugar do CEAGESP, no entanto, o projeto do PIU Arco Pinheiros apresenta uma proposta de polo tecnológico que ficaria instalado do outro lado do Rio Pinheiros, dando lugar a grande adensamento populacional no CEAGESP.</p> <p>No meu ponto de vista os moradores que estão lá, tem o direito de permanecer e ainda ser contempla com esse polo tecnológico, para usufruir dos benefícios,</p>				<p>Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp.</p> <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo.</p> <p>Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.</p>
38	Carlos Guimaraes	caguimaraes_br@yahoo.com.br	<p>hoje é ZEIS?</p> <p>- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?</p> <p>Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja?</p>	CEAGESP / HABITAÇÃO	31/10/2018 03:08	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> As favelas do perímetro do PIU Vila Leopoldina-Villa Lobos estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU ACP e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto (ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros). Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiáçu.
46	Umberto Sarti	umbertodecampos@uol.com.br	<ul style="list-style-type: none"> Qual o Futuro da CEAGESP, teremos o Parque Tecnológico, conforme projeto apresentado pelo Ex Prefeito e Governador Eleito João Doria? Por qual motivo o PIU DE ARCO DE PINHEIRO não considerar nas ZEIS as favela da Linha, do 9 e Madeirit? O porque tiraram os eixos verdes do Projeto? 	CEAGESP / HABITAÇÃO / MEIO AMBIENTE	01/11/2018 11:20	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização. As favelas do perímetro do PIU Vila Leopoldina-Villa Lobos estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU ACP e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto (ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros). Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiáçu.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
54	Juliana Cury	<ul style="list-style-type: none"> juliananm@yahoo.com 	<ul style="list-style-type: none"> Qual o futuro da CEAGESP, principal atividade comercial da região? A PMSP não tem planos para que o terreno receba um polo tecnológico? Me parece uma proposta superficial, sem estudos aprofundados de impacto de adensamento populacional, com assentamentos precários de áreas delimitadas como ZEIS? Não faz sentido colocar corredor de ônibus nas avenidas Professor Fonseca Rodrigues e Pedroso de Moraes, um corredor nessas avenidas irá torná-las muito movimentadas perdendo a qualidade urbanística da região onde só tem casas unifamiliares. Verticalizar o setor da Av. Gastão Vidigal irá tornar a região muito adensada perdendo qualidade de vida. E os eixos verdes previstos inicialmente? Qual a razão de não incorporar o PIU Leopoldina ao PIU Pinheiros, muito mais abrangente? Enfim, me parece que o PIU Pinheiros está sem sustentação assim como o PIU Leopoldina. 	CEAGESP / MOBILIDADE / MEIO AMBIENTE / PIU VL	01/11/2018 12:55	Modelo de gestão democrática	<ul style="list-style-type: none"> Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar a qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para recepcionar futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização. A Av. Prof. Fonseca Rodrigues e a Av. Pedroso de Moraes estão fora do perímetro do Arco Pinheiros. A informação do corredor de ônibus planejado nessas vias vem do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (Decreto 56.834/2016) e foram citadas no diagnóstico do Arco Pinheiros como projetos colocados. Como já definido pelo próprio PDE (art. 245, § 4) "a implantação de novos corredores, terminais e estações de transferência de ônibus, linhas e estações de metrô, trens, mon trilhos e do transporte hidroviário e a modernização dos já existentes, deverão apresentar soluções que compatibilizem a sua inserção ao ambiente urbano". Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar a qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão. A proposta do PIU Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL – teve origem em agosto de 2016 por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
21	Eduardo Fiora (Forrum Social Vila Leopoldina)	efiora62@gmail.com	<ul style="list-style-type: none"> Arco Pinheiros é um Piuzão que já contém um Piuzinho (Leopoldina-Vila Lobos) em gestação e pode vir a conter um outro PIU bem considerável: o PIU Ceagesp, já que o a área do entreposto é uma ZOE. <p>Pois bem. A Leopoldina não pode prescindir do ACP como instrumento norteador do desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Mas me parece prematuro demais SP Urbanismo lançar agora o Arco Pinheiros, pois não existe definição sobre o PIU Leopoldina-Villa Lobos.</p> <p>Outro problema. Como considerar a ZOE Ceagesp? O ACP aventa a hipótese da saída do entreposto. Mas no Ministério da Agricultura, proprietário do terreno, não existe nenhum projeto solidificado nesse sentido. Então, temos uma indefinição nesta mancha territorial de 700 mil metros quadrados.</p> <p>Senti falta de um qualificação territorial no tocante à vocação futura do Distrito Leopoldina. É um exercício complicado. Ceagesp é grande incógnita.</p> <ul style="list-style-type: none"> PIU Leopoldina tende a favorecer desenvolvimento da economia criativa conforme sua MIP. Como isso será feito e como isso seria levado em conta no ACP? Com integrar Jardim Humaitá e Leopoldina realidades diferentes de um lado e outro do Viaduto Mofarrej? O que se espera do Humaitá? E a Zepam dos parques Orlado Villas Bôas e Leopoldina-Orlando Villas Bôas? O que é viria a ser essa grande área? Qual o projeto? <p>Enfim. Percebi grandes vazios nessa primeira Consulta.</p>	MODELO DE GESTÃO/ CEAGESP / PIU VL / MOBILIDADE	01/10/2018 17:14	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> Caberá ao PIU Arco Pinheiros o papel de projeto articulador e integrador de territórios monofuncionais, desconectados e sob a governança de diferentes esferas de governo (estadual e federal), tendo como desafio a ser enfrentado a compatibilidade de prazos de implantação dos diferentes projetos, incidentes sobre o território. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização. A proposta do PIU Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL – teve origem em agosto de 2016 por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. O PIU VL, em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, considera a presença significativa de setores econômicos já presentes na região, como o audiovisual e de restaurantes e bares, como diretriz para a proposta de implantação de dois equipamentos públicos de capacitação e qualificação profissional junto aos empreendimentos habitacionais previstos. O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP-Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais. Os estudos, do PIU ACP, em desenvolvimento propõe uma travessia sob a ferrovia para integrar a região do Jardim Humaitá à região da Vila Leopoldina. O projeto do Parque Orlando Vilas Boas está sob a responsabilidade da Secretaria do Verde e Meio Ambiente que já possui projeto básico para a implantação da Fase 1.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
85	Alberto Santos (morador da Vila Leopoldina)	alberto.santosfh@gmail.com	<p>Moro na Vila Leopoldina há 15 anos e vejo este PIU como uma boa oportunidade para promover um crescimento ordenado na região. Porém é fundamental que os projetos sejam efetivamente orientados ao interesse público pois a sociedade realmente demanda várias melhorias que vão além de moradia e locomoção e passam também por outras questões básicas como saúde, educação e lazer.</p> <p>Infelizmente vejo na essência deste PIU vários desalinhamentos e algumas questões preocupantes como por exemplo considerar a região do CEAGESP para adensamento populacional quando previamente tivemos vários posicionamentos de que a região seria utilizada para ser um polo tecnológico. O que motivou essa súbita mudança?</p> <p>Além disso, é difícil compreender o motivo para um termos o PIU Vila Leopoldina dentro de outro PIU mais abrangente... como pode haver dois interesses públicos distintos para a mesma região? Certamente um irá interferir no outro e então não há sentido em apresentá-los e avaliá-los separadamente.</p>	CEAGESP / PIU VL	01/11/2018 14:38	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização. A proposta do PIU Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL – teve origem em agosto de 2016 por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP-Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais.
3	IVAN fazzolari	IVANFAZZO@HOTMAIL.COM	<p>minha pergunta é simples e objetiva, qual o tempo estimado para a obra e quantos milhões serão investidos nela? sei que existem prioridades outras em SÃO PAULO, não que esse projeto não seja tão importante, mas precisamos urgentemente de serviços médicos de excelencia, os hospitais publicos estão sucatiados, é uma pena o que acontece nesse país. Onde o que importa são as grandes obras, e o povo morrendo nas filas dos prontos atendimentos.</p>	ECONÔMICO	18/09/2018 11:38	Programa de Interesse Público	<ul style="list-style-type: none"> O PIU Arco Pinheiros propõe o adensamento populacional e construtivo baseado na melhoria da infraestrutura que contemplará equipamentos públicos de acordo com a necessidade identificada por cada secretaria. O Programa de Intervenções a ser elaborado pelo PIU ACP será implantado por meio dos recursos auferidos através da venda de potencial adicional de construção, considerando um horizonte 30 anos.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
29	Camila Savioli Silveira	camila_savioli@hotmail.com	<p>Gostaria de pontuar sobre:</p> <p>1. Modelo de financiamento das obras propostas: Acredito ser de grande importância estabelecer as formas de financiamento das intervenções, bem como cravar um cronograma de investimentos por prioridades</p> <p>2. Execução das obras de HIS e cicloviárias: Tendo por exemplo as OUCs já existentes e em andamento, é possível notar um descompasso entre as execuções viárias e de infraestrutura urbana e as demais intervenções (HIS, ciclovias, arborização). Sendo assim, e entendendo que as diretrizes propostas para esse PIU, muito se relacionam com as diretrizes propostas nos primórdios das operações urbanas, entendo ser necessário vincular o andamento das obras de interesse social à liberação das demais obras de infraestrutura.</p> <p>3. Ciclovias e transposições: Apesar do documento citar a transposição das Ptes. Jaguaré e Cid. Universitária, o mapa preliminar não aponta essas conexões através de ciclovias. Vale ressaltar que a OUC Faria Lima já tem como previsão essa execução e a verba necessária, porém tem sofrido grande descaso da prefeitura regional e da secretaria de prefeituras regionais para liberação do edital de execução das mesmas.</p>	ECONÔMICO / MODELO DE GESTÃO/ MOBILIDADE	15/10/2018 00:50	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP está se desenvolvendo segundo os princípios dispostos pelo Decreto nº56.901/2016, e desta forma o projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal como determina o PDE (§3, Art. 76) deverá conter: I - proposta de ordenamento ou reestruturação urbanística para o perímetro delimitado, com a definição de programa de intervenção, fases de implantação, parâmetros urbanísticos e instrumentos de gestão ambiental necessários; II - modelagem econômica da intervenção proposta, considerando especialmente os mecanismos de financiamento e fonte de recursos necessários; III - definição do modelo de gestão democrática de sua implantação, privilegiando o controle social e os instrumentos para monitoramento e avaliação dos impactos da transformação urbanística pretendida sobre o desenvolvimento econômico e social da área objeto de estudo. A implantação das ações propostas no programa de intervenção do PIU deverá ser precedida da elaboração de plano de reassentamento que defina o atendimento às famílias afetadas previamente. O atendimento deverá ser preferencialmente de caráter definitivo. Esta sendo estudada a proposta de implantação de nova transposição não motorizada sobre o rio Pinheiros próxima à Ponte Jaguaré e que melhore a acessibilidade à Estação da CPTM bem como à ciclovia da Marginal. O resultado destes estudos será mais uma vez divulgado através de consulta pública bem como em reuniões setoriais, para que a população possa continuar a contribuir na consolidação de uma proposta acordada por todos.
19	Jonas Federighi (REM CONSTRUTORA)	jonas@remconstrutora.com.br	<p>Incentivos de aumento de coeficiente de aproveitamento e redução dos custos de CEPACs para residenciais apropriados para moradia estudantil seriam convenientes para reduzir deslocamentos de estudante da USP para esse tipo de projeto para renda com apoio e infraestrutura de transporte (futura Estação do Metrô) da Avenida Jaguaré e travessas. Favor analisar.</p>	HABITAÇÃO	27/09/2018 21:59	Motivação	<ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP, em consonância com o marco regulatório (PDE e LPUOS), compreende que a qualificação urbana dos bairros pode ser alcançada através do incentivo a empreendimentos multifuncionais e à ampliação da rede de equipamentos promovendo também dinâmica urbana. Considerando a presença da Cidade Universitária, bem como de outras universidades e a diretriz de tornar o território do Arco Pinheiros em um território de inovação, o incentivo à produção de habitação voltada a estudantes poderá ser um fator de potencialização da transformação do território.
17	FREDERICO CAMPOS	fc campos@gmail.com	<p>O projeto pretende construir habitações de interesse social num local na Av. Imperatriz Leopoldina, onde funcionou por décadas oficinas e garagem da CMTC.</p> <p>O subsolo está contaminado com metais pesados e não consta no projeto a descontaminação desse local. Essa situação é muito grave.</p> <p>A saúde nessa região é precária. Não existem Prontos Socorros, Unidades Básicas de Saúde, etc, em condições de atender a população atualmente. Quais seriam as iniciativas previstas para o aumento da população? Nenhuma.</p>	HABITAÇÃO / MEIO AMBIENTE	24/09/2018 12:54	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O adensamento populacional e construtivo proposto pelo PIU ACP está associado à ampliação e qualificação da infraestrutura de mobilidade, ambiental, da mitigação dos problemas de drenagem e redução das ilhas de calor, da implantação de equipamentos e de empreendimentos de habitação social. A CETESB e a SVMA são os órgãos responsáveis pelo controle da contaminação do solo e compete a eles as informações referentes às áreas contaminadas. As informações relativas ao tema deverão ser obtidas pelo público através das relações oficiais publicadas por estes órgãos. Os imóveis públicos ou privados considerados contaminados ou com suspeita de contaminação por material nocivo ao meio ambiente ou à saúde pública, devem atender ao disposto na Lei 16.402/2016, Capítulo IV, Art. 37, na Resolução SVMA Nº 10 e 11/2017, Art. 1º, cabendo aos empreendedores comprovar, que os respectivos terrenos não oferecem riscos à saúde dos usuários, advindos de contaminação do solo, de acordo com o estabelecido no Art. 62 do Decreto Estadual 59.263 de 2013 e na Decisão de Diretoria CETESB 038/2017/C.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
102	Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias ABRAINC ()	vladimir@abrainc.org.br	<ul style="list-style-type: none"> Sugerimos ampliar o número de ZEIS no território do PIU. Ampliar o número de ZEIS 3 nas áreas próximas as linhas férreas e no entorno de locais com habitação irregular. A ampliação do número de ZEIS, além de ampliar a reserva de terrenos para desenvolvimento de habitação de interesse social, amplia a oferta de terrenos, o que ajuda a controlar o custo do terreno. Esta ação contribuirá para a oferta de moradia digna para as famílias que já moram na região. Sugerimos criar certificado de potencial construtivo adicional para a produção privada de HIS em ZEIS. Criação de novo instrumento de incentivo a produção privada de HIS. O conceito é gerar, para cada empreendimento privado de HIS em ZEIS, um Certificado de Potencial Construtivo Adicional, proporcional ao número de unidades HIS 1 e 2 produzidas, que poderia ser comercializado pela empresa que produziu o empreendimento HIS para empresas que produzem empreendimentos de médio e alto padrão. As empresas que atuam no médio e alto padrão poderiam cumprir a cota de solidariedade, adquirindo este Certificado destas empresas. Com a criação deste instrumento, passa a existir um incentivo adicional a produção privada de HIS em ZEIS, pois a empresa produtora poderá rentabilizar esse Certificado, comercializando-o no mercado, melhorando o subsídio cruzado, viabilizando a produção em áreas melhor localizadas. Sugerimos a revisão das vias não implantadas, principalmente as vias sem saída ao longo das linhas férreas que impactam em restrição de gabarito para novos projetos. Sugerimos melhorar o transporte público da região, ampliando as vias com faixas exclusivas de ônibus, principalmente no eixo Rod. Raposo Tavares – Av. Escola Politécnica – Av. Jaguaré 	HABITAÇÃO/ MOBILIDADE	01/11/2018 21:37	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> Os projetos de intervenção urbana não propõem ou alteram as zonas definidas pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS, eles adequam os parâmetros urbanísticos de modo a viabilizar a transformação do território pretendida em consonância com as diretrizes gerais do PDE e com as diretrizes específicas do PIU. O PDE já dispõe outorga gratuita para EHS e ZEIS, definindo para estes empreendimentos fator de interesse social (fs) igual a 0 (zero), seja por promoção pública ou privada. A cota de solidariedade já é uma obrigação prevista no PDE. A Municipalidade não pode, pelos princípios da Administração Pública, dar um benefício para que se cumpra uma obrigação. Informamos que a competência para planejamento, projeto e implantação dos corredores de ônibus é da Secretaria Municipal de Transportes. A rede de corredores de ônibus planejados vem do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (Decreto 56.834/2016) e os corredores foram citados no diagnóstico do Arco Pinheiros como projetos localizados. O PIU Arco Pinheiros recepciona o plano do Corredor de Ônibus Politécnica (no eixo das vias Escola Politécnica, Jaguaré e Queiróz Filho) e busca propor um regramento urbanístico adequado ao sistema de transporte planejado.
67	Hugo Quinsan Soares Pereira	hugoqsp@gmail.com	<p>Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto.</p>	MEIO AMBIENTE	01/11/2018 14:01	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere este comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão. A proposta do PIU Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL – teve origem em agosto de 2016 por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
25	silvia miloco ()	silviamil@uol.com.br	deveria haver projeto de reabertura de córregos.	MEIO AMBIENTE	05/10/2018 17:55	Diretrizes e viabilidade da transformação	<ul style="list-style-type: none"> O projeto prevê renaturalização dos trechos dos córregos, existentes na área delimitada pelo perímetro do Arco Pinheiros, e implementação de parque linear, em suas margens, após suas respectivas descontaminações pelo Programa Córrego Limpo.
98	Suely Torigoe (Moradora da Vila Leopoldina)	storigoe@hotmail.com	<p>Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina?</p> <p>Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos dos impactos e planejamento de crescimento e melhorias do bairro? Não concordamos com isto!</p>	MEIO AMBIENTE / CEAGESP	01/11/2018 19:18	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere este comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão. A proposta do PIU Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL – teve origem em agosto de 2016 por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL.</p> <ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no empreendimento. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo.</p> <p>Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.</p>

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
10	suely miya shiraishi rolleberg albuquerque	miya@prefeitura.sp.gov.br	Qualquer que seja a transformação, mesmo tendo parques próximos, deve ser "amistoso aos olhos e a mente": aumentar ao máximo as áreas verdes e floridas; fazer conexões para pedestres e bicicletas, nas vias, e entre parques e todas as áreas verdes. Arquitetos devem planejar acessos práticos, inclusive pequenas ferrovias para acesso dos produtos no mercado, também acesso para os usuários do mercado.	MEIO AMBIENTE/ MOBILIDADE	21/09/2018 10:36	Motivação	<ul style="list-style-type: none"> Procurando o equilíbrio ambiental, quanto à redução dos efeitos de ilha de calor, o projeto propõe a criação de praças, alargamento das calçadas com implantação de áreas verdes, implementação de alamedas, bulevares, com inclusão de ciclovias, formando corredores verdes que interligarão praças, parques e os diferentes modais de transporte, promovendo uma reurbanização com nova paisagem urbana que permitirá deslocamentos mais agradáveis e confortáveis para pedestres e ciclistas. <p>Ratificamos que a melhoria dos acessos às estações e da conexão entre os diferentes modos de transporte é uma das diretrizes do projeto. O projeto também propõe a implantação de um sistema ambiental composto por parques, praças e áreas verdes conectados por alamedas e bulevares, que contemplam ampliação de passeios, arborização, iluminação pública e mobiliário urbano. Este sistema também contemplará a conexão de equipamentos públicos e estações e terminais de transportes.</p>
1	Vitor Salomao	vitor.salomao@bracel.com.br	Não faz sentido colocar corredor de ônibus nas avenidas Professor Fonseca Rodrigues e Pedroso de Moraes sendo que tem um trem que anda paralelo a essas avenidas, capaz de transportar um número muito maior de passageiros. Além disso, o corredor nessas avenidas irá torná-las muito movimentadas perdendo a qualidade urbanística da região onde só tem casas unifamiliares. Verticalizar o setor da Av. Gastão Vidigal irá tornar a região muito adensada perdendo qualidade de vida.	MOBILIDADE	17/09/2018 21:43	Diretrizes e viabilidade da transformação	<ul style="list-style-type: none"> A Av. Prof. Fonseca Rodrigues e a Av. Pedroso de Moraes estão fora do perímetro do Arco Pinheiros. A informação do corredor de ônibus planejado nessas vias vem do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (Decreto 56.834/2016) e foram citadas no diagnóstico do Arco Pinheiros como projetos localizados. Como já definido pelo próprio PDE (art. 245, § 4) "<i>a implantação de novos corredores, terminais e estações de transferência de ônibus, linhas e estações de metrô, trens, mon trilhos e do transporte hidroviário e a modernização dos já existentes, deverão apresentar soluções que compatibilizem a sua inserção ao ambiente urbano</i>". Em relação ao adensamento ao longo da Av. Gastão Vidigal, é importante ressaltarmos o conceito de cidade compacta, alinhado aos objetivos do PDE, na qual a aproximação do emprego da moradia promove redução no tempo de viagem e consequentemente melhoria da qualidade de vida da população. Por fim o mapa de densidade demográfica atual, apresentado no diagnóstico do PIU ACP, mostra baixa presença do uso residencial em uma área muito bem localizada como o Arco Pinheiros.
16	Gabriel de Oliveira Sousa	gabriel.sousa@outlook.com	Realmente há a necessidade de se fazer uma ponte nova no Jaguaré, mas ela deve desembocar na Alexandre Mackenzie e não na Comunidade do Jaguaré, conforme sugere um dos mapas. Isso vai possibilitar uma nova opção de acesso para a cidade-além-ponte, amenizar os congestionamentos nos arredores da Ponte do Jaguaré, bem como solucionar o problema da demanda reprimida da Estação Ceasa. Uma ponte com uma ciclopasseira inclusa seria muito bem vinda.	MOBILIDADE	23/09/2018 01:04	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O PIU Arco Pinheiros está estudando as várias alternativas de transposição do Rio Pinheiros que foram propostas nos últimos anos, desde a altura da Av. Eng. Billings até a altura da Av. Escola Politécnica, visando avaliar a que melhor atenderia a nova ligação entre as duas margens e o desenvolvimento proposto. A localização exata da ponte ainda não foi definida, será objeto de discussão entre os órgãos competentes e validada junto à sociedade civil.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
5	Silvia Maria Carneiro de Campos (Moradora)	silvicarneiro@terra.com.br	No caso do transporte coletivo, a região já é um foco transitório nos horários de pico. O metropolitano de São Paulo, na operação de Mobilidade Pública de 2006 previa a entrega das estações Paumari, Bairi, Leopoldina e integração com a Linha Esmeralda do Metro Linha Verde. Com entrega destas estações em 2012. Eu particularmente continuo a espera da entrega das estações. Neste planejamento não vejo a indicação destes intermodais. Não adianta um corredor de ônibus, que já existe neste trajeto Heitor Penteado, Cerro Corá, sentido Paulista até o Jaguaré. Se a ideia é implantar habitações para diminuir o déficit habitacional, é necessário também diminuir o déficit em transporte, que é crítico nesta região. Também não vi o projeto de melhoria no atendimento e instalações do Pronto Socorro da Lapa, que atende a região, ou será instalado outro posto de atendimento médico especializado? Obrigada abraço	MOBILIDADE	18/09/2018 14:12	Diretrizes e viabilidade da transformação	<ul style="list-style-type: none"> A proposta de adensamento construtivo e populacional da região está ancorada na melhoria da mobilidade e acessibilidade, baseada numa rede multimodal de transporte, que contempla a implantação de corredores, abertura de novas vias, melhoria da acessibilidade às estações de trem e das conexões dos diferentes modos de transporte. A extensão da Linha 2 - Verde até Estação Cerro Corá e sua conexão com uma nova linha que ligaria a região da Faria Lima até a Lapa são informações constantes da publicação "Atualização da Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transportes da RMSP" (da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, 2013), utilizada como subsídio pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL na elaboração do Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014). Cabe à STM e às empresas a ela ligadas (Metrô e CPTM) o periódico redesenho dessa rede de transporte de alta capacidade na Região Metropolitana. Informamos que a competência para planejamento, projeto e implantação dos corredores de ônibus é da Secretaria Municipal de Transportes (STM). A rede de corredores de ônibus planejados vem do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (Decreto 56.834/2016) e os corredores foram citados no diagnóstico do Arco Pinheiros como projetos localizados. O PIU Arco Pinheiros recepciona o plano do Corredor de Ônibus Politécnica (no eixo das vias Escola Politécnica, Jaguaré e Queiróz Filho) e busca propor um regramento urbanístico adequado ao sistema de transporte planejado. O PIU Arco Pinheiros apresenta como diretriz a ampliação da rede de equipamentos considerando a demanda atual e futura, decorrente do adensamento proposto. Especificamente sobre o atendimento do Pronto Socorro da Lapa, trata-se de demanda direta da Secretaria de Saúde e não de matéria de planejamento urbano.
18	odon schevek	odon.shevek@gmail.com	Concordo com o José Henrique Zerbinatti. A extensão do metrô verde seria de fato transformadora para a região. Aliás, o trânsito deve ser uma preocupação importante nesse projeto de arco. Nesse sentido, deve-se pensar formas de limitar nesse PIU as exigências de vagas e mesmo as áreas não computáveis destinadas ao carro- isso certamente ajuda a tranquilizar os moradores atuais quanto aos aspectos ruins do adensamento proposto. Por outro lado, a região tem uma ótima vocação para o modal cicloviário.	MOBILIDADE	25/09/2018 16:25	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta de adensamento construtivo e populacional da região está ancorada na melhoria da mobilidade e acessibilidade, baseada numa rede multimodal de transporte, que contempla a implantação de corredores, abertura de novas vias, melhoria da acessibilidade às estações de trem e das conexões dos diferentes modos de transporte. A extensão da Linha 2 - Verde até Estação Cerro Corá e sua conexão com uma nova linha que ligaria a região da Faria Lima até a Lapa são informações constantes da publicação "Atualização da Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transportes da RMSP" (da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, 2013), utilizada como subsídio pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL na elaboração do Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014). Cabe à STM e às empresas a ela ligadas (Metrô e CPTM) o periódico redesenho dessa rede de transporte de alta capacidade na Região Metropolitana. O PIU ACP poderá propor alteração nos parâmetros de uso e ocupação do solo, incluindo a exigência de vagas de garagem e a definição das áreas não computáveis, desde que os estudos comprovem a viabilidade. O projeto também propõe a ampliação da rede cicloviária conectando-a às estações e terminais de transporte, parques, praças e equipamentos com bicicletários e paraciclos.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
20	Jonas Federighi (REM CONSTRUTORA)	jonas@remconstrutora.com.br	Seria muito importante defender a extensão das linhas de metrô para atender a região da Imperatriz Leopoldina, Ceagesp, Jaguaré, etc. Todos os moradores da região são obrigados a tomar outro tipo de transporte (muitas das vezes o individual) para chegar até a estação mais próxima da Vila Madalena.	MOBILIDADE	27/09/2018 22:24	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta de adensamento construtivo e populacional da região está ancorada na melhoria da mobilidade e acessibilidade, baseada numa rede multimodal de transporte, que contempla a implantação de corredores, abertura de novas vias, melhoria da acessibilidade às estações de trem e das conexões dos diferentes modos de transporte. A extensão da Linha 2 - Verde até Estação Cerro Corá e sua conexão com uma nova linha que ligaria a região da Faria Lima até a Lapa são informações constantes da publicação "Atualização da Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transportes da RMSP" (da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, 2013), utilizada como subsídio pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL na elaboração do Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014). Cabe à STM e às empresas a ela ligadas (Metrô e CPTM) o periódico redesenho dessa rede de transporte de alta capacidade na Região Metropolitana. Entre as diretrizes do PIU Arco Pinheiros está a melhoria dos acessos às estações e da conexão entre os diferentes modos de transporte. O projeto também propõe a ampliação da rede cicloviária conectando-a às estações e terminais de transporte, parques, praças e equipamentos com bicicletários e paraciclos.
22	Eliane Houszka (Residence Quartier)	elianehouszka@hotmail.com	Comprei um imóvel residencial Residence Quartier Rua Mário Guedes,2 frente raia Usp entrada pela v Jaguaré 1600 (4 torres residências com 18 andares. Temos muito problemas de acesso ao nosso condomínio Estou ansiosa para o arco do psiu ter sucesso no projetos e o Bairro ser vitalizado Estarei passando o link a todos moradores Somos maiores interessados Grata Sucesso	MOBILIDADE	02/10/2018 05:13	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A transformação das antigas indústrias próximas à Av. Jaguaré cria a oportunidade da implantação dos melhoramentos viários necessários ao suporte do adensamento e à melhoria da mobilidade da região. Essas ligações viárias serão estudadas durante o desenvolvimento do projeto.
13	rogério Viduedo (morador)	rviduedo@gmail.com	É vital a continuação da ciclovia existente na Avenida Jaguaré passando pela ponte do Jaguaré com destino à Lapa (seguindo pela Av. Queiroz Filho), interligando com as ciclovias do Gastao Vidigal e Fonseca Rodrigues e Ceasa. Existem muitos moradores do jaguaré e Rio Pequeno que usam a bicicleta para pegar o trem na Estação Vila Lobos e estão em constante risco por ter que dividir a pista com automóveis, ou ter que disputar espaço com pedestres no passeio da ponte que é muito estreito. Outra ação é ampliar as vagas no bicicletário da estação e permitir o acesso à ciclovia da CPTM pelo Parque Vila Lobos e não somente pela Cidade Universitária.	MOBILIDADE	21/09/2018 15:41	Motivação	<ul style="list-style-type: none"> Entre as diretrizes do projeto está a melhoria dos acessos às estações e da conexão entre os diferentes modos de transporte. O projeto também propõe a ampliação da rede cicloviária conectando-a as estações e terminais de transporte, parques, praças e equipamentos com bicicletários e paraciclos.
15	APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS (COM MOBICICLISTAS OABSP)	inacioadvogado@uol.com.br	Olá A Nossa Comissão de Estudos da Mobilidade Ciclística da OABSP considera fundamental contemplar neste projeto ciclovias que levem em conta a conectividade das mesmas com os modais de transporte existentes, bem como levando-se em conta a importância da Bicicleta como meio de transporte, conforme estabelece a lei municipal do SICLO, sancionada pelo sr Prefeito Bruno Covas, em abril deste ano. Estamos à disposição para contribuir no que for necessário. a) Aparecido Inácio F de Medeiros Presidente da CEEMC, da OABSP.	MOBILIDADE	21/09/2018 22:21	Comentários	

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
9	Carlos Aurelio de Arvelos	crarvelos@gmail.com	Muito interessante a iniciativa. Ha de prever, uma ponte ligando a Av. DRACENA A VILA LEOPOLDINA pois a Ponte do Jaguaré não suporta o transito dw hoje. Imagina colocando mais prédios em toda esta área.	MOBILIDADE	21/09/2018 01:21	Motivação	<ul style="list-style-type: none"> O PIU Arco Pinheiros está estudando as várias alternativas de transposição do Rio Pinheiros que foram propostas nos últimos anos, desde a altura da Av. Eng. Billings até a altura da Av. Escola Politécnica, visando avaliar a que melhor atenderia a nova ligação entre as duas margens e o desenvolvimento proposto. A localização exata da ponte ainda não foi definida, será objeto de discussão entre os órgãos competentes e validada junto à sociedade civil.
14	José Henrique Zerbinatti (Morador Jaguaré)	jhzerbinatti@gmail.com	<p>No geral fico com a impressão que os locais não abrangidos na operação continuarão esquecidos pelo poder público, mas penso que a operação urbana não pode se preocupar somente com a área delimitada e esquecer do seu impacto no entorno, como morador do Jaguaré entendo que o plano deveria pelo menos abranger a requalificação urbana do entorno da área (incluir o restante do bairro) que com certeza será afetada pelas mudanças propostas.</p> <p>O trânsito no Jaguaré já está saturado há pelo menos 15 anos, a inauguração da Av. Escola Politécnica nos anos 90 aliviou bastante o trânsito da região, porém a região teve um crescimento imobiliário muito grande nos anos 2000, e por volta de 2005 o trânsito já estava pior que antes. Somente lembro que o bairro é utilizado por milhares de moradores que procuram acessar a Ponte do Jaguaré e a Marginal Pinheiros na altura da Raia da USP no seu deslocamento diário para o trabalho desde o Rio Pequeno, Vila São Francisco, Parque dos Príncipes, assim como moradores de Osasco e até mesmo motoristas que vem do interior pela Castelo Branco e cruzam o bairro para escapar do trânsito pesado do Cebolão na chegada a São Paulo. Tendo em vista esse cenário concordo com os demais que a solução prioritária que o projeto do ARCO deveria buscar, se não a única solução, seria a extensão da linha 2 - verde do Metrô a partir da estação Vila Madalena (se eu não me engano já foi escavado 1 km de túnel além daquela estação) com ligação com a linha 9 - esmeralda da CPTM, e seguindo até a Av. Escola Politécnica onde deveria ser criado um Terminal de Ônibus Jaguaré/Rio Pequeno que atenderia a região como um todo, isso junto com bicicletários em todas as estações e ampliação das ciclovias com certeza permitirá a redução na quantidade de linhas de ônibus transitando assim como a quantidade de carros que circulam pelas vias da região. As outras solução (corredores de ônibus) não vão alterar em nada a dinâmica de mobilidade das pessoas, pois essas avenidas já contam em boa parte com corredores exclusivos, portanto os corredores não trariam mais pessoas para o uso de transporte público.</p> <p>As ciclovias teriam muito mais utilidade e segurança se por exemplo existisse uma ligação da ciclovia da Politécnica com a ciclovia da Marginal Pinheiros e o Parque Villa-Lobos, e a já falada ligação da ciclovia da Av. Jaguaré com a Ponte do Jaguaré e dali até a Av. Queiroz Filho.</p> <p>Por último um local esquecido aqui no plano do ARCO, só foi lembrado pela necessidade de um bicicletário junto a estação o</p>	MOBILIDADE	21/09/2018 19:50	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O perímetro do PIU Arco Pinheiros, definido pelo PDE, representa um perímetro de estudo. O projeto do ACP deverá estudar os impactos internos e externos ao perímetro. A definição de um perímetro expandido poderá contemplar intervenções de mobilidade, drenagem e habitação. A extensão da Linha 2 - Verde até Estação Cerro Corá e sua conexão com uma nova linha que ligaria a região da Faria Lima até a Lapa são informações constantes da publicação "Atualização da Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transportes da RMSP" (da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, 2013), utilizada como subsídio pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL na elaboração do Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014). Cabe à STM e às empresas a ela ligadas (Metrô e CPTM) o periódico redesenho dessa rede de transporte de alta capacidade na Região. A implantação do corredor de ônibus nas avenidas Escola Politécnica, Jaguaré e Queiroz Filho está prevista no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - PDE (Lei 16.050/2014 - Mapa 9) e integra o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo - PlanMob (Decreto 56.834/2016 - Tabela 1 e Mapa 2), e seu projeto ainda será elaborado pela Secretaria competente, porém gostaríamos de lembrar que faixas preferenciais ou exclusivas (que ficam junto aos passeios) são diferentes de corredores de ônibus (que ficam no centro da via), sendo que os corredores de ônibus são mais eficientes que as faixas pois não sofrem interferência das entradas e saídas das garagens dos lotes, do embarque e desembarque dos taxis e carros de aplicativo, das conversões à direita entre outros fatores que causam retardamento nos coletivos que estão nas faixas exclusivas. Entre as diretrizes do PIU Arco Pinheiros está a melhoria dos acessos às estações e da conexão entre os diferentes modos de transporte. O projeto também propõe a ampliação da rede cicloviária conectando-a as estações e terminais de transporte, parques, praças e equipamentos com bicicletários e paraciclos.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
			que estou plenamente de acordo) é o entorno da Estação Presidente Altino (do lado de São Paulo no Parque Continental), ali a prefeitura deveria junto com a SABESP (tem uma estação elevatório ali) CPTM e o Governo do Estado fazer uma completa reorganização do viário urbano local, requalificando a saída do acesso da estação e o entrocamento das Avenidas Antonio de Souza Noscheze, Presidente Altino e Manoel Pedro Pimentel. Além disso faz-se necessário mais linhas de ônibus ligando a estação ao bairro(hoje somente uma linha de ônibus atende essa estação. Com certeza se o local for requalificado e mais opção de transporte público forem oferecidas mais moradores se sentirão seguros para utilizar o modal.				
2	Luiz Carlos Borges (Registro Imóveis)	flexborges@gmail.com	Sempre quando pude, participei de assuntos ligados à comunidade do Bairro do Jaguaré. Estou residindo no bairro desde 1979. Nascido na Vila Leopoldina em 1953 - pois nessa época meus avós criavam animais e forneciam leite. Cresci no bairro de Vila Ipojuca - Lapa e em junho de 1979 comprei o meu primeiro imóvel na Av. Corifeu De Azevedo Marques. Hoje e a oito anos moro em um outro imóvel situado à Rua Caetanópolis, 800 - Parque Continental - Jaguaré. Pelo que eu entendi esse plano será um sistema fluvial usando-se o Rio Pinheiros e o Tietê - auxiliando e ou complementando o sistema viário atual já existente?	MOBILIDADE	17/09/2018 22:58	Modelo de gestão democrática	<ul style="list-style-type: none"> O projeto do PIU ACP não propõe o transporte fluvial para os rios Pinheiros e Tietê. Entende-se a importância de aproximar a cidade de seus rios, mas primeiro temos que despoluí-los. Neste sentido, o PIU ACP poderá contribuir na urbanização de áreas, reduzindo assim a emissão de esgotos diretamente no rio. Outro fator é definir parâmetros que não permitam ocupar suas margens.
7	Odon Shevek	odon.shevek@gmail.com	Gostei da proposta. De fato, a região merece um maior adensamento progressivo, compatível com sua localização privilegiada e acesso ao transporte público. Agora, este de fato precisa ficar mais acessível, com estações mais integradas.	MOBILIDADE	19/09/2018 18:15	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> Ratificamos que a melhoria dos acessos às estações ferroviárias e da conexão entre os diferentes modos de transporte é uma das diretrizes do projeto, no desenvolvimento do projeto estas melhorias serão detalhadas.
8	Franklin Ribeiro (InvesteSP)	FRANKLIN.RIBEIRO@INVESTESP.ORG.BR	Estamos trabalhando para a implantação do Parque Tecnológico em curto prazo, bem como a integração da região do entorno com equipamentos de inovação em médio prazo. Sentimos a necessidade de melhorar a segurança da Av. Escola Politécnica e do caminho até a estação de trem Villa Lobos Jaguaré. Além disso é necessário facilitar a integração com a estação de trem Villa-Lobos Jaguaré e com o metro Butantã. Sugerimos uma linha de ônibus que conecte diretamente a estação de metrô Butantã, com o Parque Tecnológico e com o entorno do Parque (Av. Escola Politécnica e Av. Jaguaré).	MOBILIDADE	19/09/2018 18:29	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> Ratificamos que a melhoria dos acessos às estações ferroviárias e da conexão entre os diferentes modos de transporte é uma das diretrizes do projeto. A demanda de uma nova linha de ônibus poderá ser estudada pela SPTrans, que integra o grupo de trabalho do PIU ACP.
27	Alan Souza	alancarlossouza1969@gmail.com	Bom dia. Importante termos ciclovias isoladas da rua e dos pedestres através da PONTE JAGUARÉ, tanto para quem precisa chegar a estação CPTM Jaguaré bem como, a CICLOVIA DA MARGINAL PINHEIROS (cujo acesso atual só é possível na Ponte Cid. Universitária).	MOBILIDADE	08/10/2018 14:03	Modelo de gestão democrática	<ul style="list-style-type: none"> O Projeto em desenvolvimento contempla estudo para implantação nova transposição não motorizada sobre o rio Pinheiros próxima à Ponte Jaguaré que melhore a acessibilidade à Estação da CPTM bem como à ciclovias da Marginal. O resultado destes estudos será mais uma vez divulgado, através de consulta pública bem como em reuniões setoriais, para que a população possa continuar a contribuir na consolidação de uma proposta acordada por todos.
28	Deyse dos Santos (moradora)	deyse_03@yahoo.com.br	<ul style="list-style-type: none"> Acho a iniciativa legal, no entanto estão olhando apenas para a questão imobiliária do local. A região tem um trânsito horrível, principalmente nos horários de pico, atravessar a ponte do Jaguaré seja na direção bairro, seja na direção centro é algo CAÓTICO e chega durar 40 min a 1 hora só para atravessar. A Av. Cerro Corá e Av. Jaguaré ficam TRAVADAS. Acredito que ônibus não é a única solução para a região, 	MOBILIDADE / HABITAÇÃO	09/10/2018 17:00	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O adensamento populacional e construtivo proposto pelo PDE para Macroárea de Estruturação Metropolitana está associado à implantação de infraestrutura de suporte nos diversos eixos: mobilidade, drenagem, ambiental e social (habitação e equipamentos). O Projeto em desenvolvimento, com a participação de técnicos de SP - Urbanismo, CET, SPTrans, CPTM e SIURB, contempla: O PIU Arco Pinheiros está estudando as várias alternativas de

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
			<p>precisamos de 4 coisas que não estão neste estudo:</p> <p>1-Nova ponte para travessia entre bairros entre a Av. Alexandre Mackenzie até a Ceagesp;</p> <p>2-Novo estudo de extensão da linha verde do Metrô, ao invés da linha ser estendida sentido Lapa, a linha verde deveria ir para o Jaguaré, fazer conexão com a linha esmeralda da CPTM na estação Vila Lobos-Jaguaré com estação ou corredor que ligue também ao portão da USP e outra estação no limite do bairro divisa com Osasco ligando ao terminal de ônibus de Osasco e desafogando o trânsito da região;</p> <p>3-Alargamento da atual Ponte do Jaguaré, visto que 1 faixa já foi perdida para o corredor exclusivo de ônibus e a calçada para pedestre está caindo junto com o corrimão dentro do Rio Pinheiros;</p> <p>4-Extensão da Av. General Vidal até a Av. Kenkiti Simomoto.</p> <ul style="list-style-type: none"> A respeito da questão imobiliária, nada foi falado sobre a reurbanização da favela do Jaguaré, que está cada vez mais decadente e com mais e mais barracos construídos de forma irregular até em cima de calçadas e a reurbanização daquele CDHU atrás do Supermercado Carrefour que foi invadido e está com várias construções irregulares dentro do terreno do CDHU, é uma situação horrível e de marginalidade. Outra situação absurda que a Prefeitura e demais órgãos estão tratando com descaso, é a recente construção de barracos próximo ao CDP Pinheiros, e que ninguém venha dizer que se trata de moradia, pois não é. Assisti a construção de cada um deles, e trata-se de um "hotel" para os visitantes do presídio. Não sendo moradia, sendo comércio, precisa urgentemente ser demolido e o dono do terreno multado (se não me engano é da SABESP o terreno). Daqui a pouco aquilo vai se transformar em mais uma favela, temos q agir enquanto não é, é apenas COMÉRCIO. NÃO É MORADIA, quem falar que é, está mentindo. <p>Espero que de fato alguém leia isso, e faça as adaptações necessárias no PIU, se for pra não fazerem nada com os comentários acima, daí definitivamente vivemos num país onde tudo é palhaçada e os governantes são hipócritas mesmo.</p>				<p>transposição do Rio Pinheiros que foram propostas nos últimos anos, desde a altura da Av. Eng. Billings até a altura da Av. Escola Politécnica, visando avaliar a que melhor atenderia a nova ligação entre as duas margens e o desenvolvimento proposto. A localização exata da ponte ainda não foi definida, será objeto de discussão entre os órgãos competentes e validada junto à sociedade civil.;</p> <ul style="list-style-type: none"> A extensão da Linha 2 - Verde até Estação Cerro Corá e sua conexão com uma nova linha que ligaria a região da Faria Lima até a Lapa são informações constantes da publicação "<i>Atualização da Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transportes da RMSP</i>" (da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, 2013), utilizada como subsídio pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL na elaboração do Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014). Cabe à STM e às empresas a ela ligadas (Metrô e CPTM) o periódico redesenho dessa rede de transporte de alta capacidade na Região. A implantação do corredor de ônibus nas avenidas Escola Politécnica, Jaguaré e Queiroz Filho está prevista no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - PDE (Lei 16.050/2014 - Mapa 9) e integra o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo - PlanMob (Decreto 56.834/2016 - Tabela 1 e Mapa 2), e seu projeto ainda será elaborado pela Secretaria competente. Está sendo desenvolvido estudo para implantação nova transposição não motorizada sobre o rio Pinheiros próxima à Ponte Jaguaré melhorando a acessibilidade à Estação da CPTM; A extensão da Av. Gal. Vidal está sendo estudada no desenvolvimento do PIU ACP O Núcleo Urbanizado do Jaguaré vem sendo objeto de ações da PMSP há décadas. O Núcleo, bem como seus conjuntos habitacionais, integram a lista de assentamentos precários ou irregulares do PIU, o que significa que poderão receber recursos fruto da arrecadação financeira prevista pelo projeto. SEHAB, junto com o conselho gestor que exercerá o controle social da área, priorizará as obras de habitação social. O Conjunto habitacional Diogo Pires encontra-se em processo judicial para reintegração de posse. Contudo, por se tratar de ação do governo estadual, o que afasta a governança deste PIU à atual situação do conjunto. Entretanto, a favela e o conjunto integram a lista de assentamentos precários ou irregulares do PIU, o que significa que poderão receber recursos fruto da arrecadação financeira prevista pelo projeto. SEHAB, junto com o conselho gestor que exercerá o controle social da área, priorizará as obras de habitação social. A área próxima ao CDP é de propriedade privada, que afirma já ter entrado com ação de reintegração de posse. Quanto à ocupação da beira da via, por conta do Programa Marginal Segura, SEHAB tem atuado no conhecimento das necessidades habitacionais.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
30	Susie Luna	susiluna@yahoo.com.br	Acredito que que a USP deva ser suprida de todos os equipamentos urbanos para que se torne realmente uma cidade universitária. Ter uma linha de metrô que leve os estudantes para dentro do Campus é urgente. Ampliação de moradias dos estudantes e fortalecimento dos hospitais e clínicas de atendimento à população. Também penso que deveria ser um espaço com opções de uso socio/cultural mais amplo, para que toda a população pudesse participar deste espaço de forma sistemática.	MOBILIDADE / EQUIPAMENTOS	23/10/2018 13:15	Programa de Interesse Público	<ul style="list-style-type: none"> A extensão da Linha 2 - Verde até Estação Cerro Corá e sua conexão com uma nova linha que ligaria a região da Faria Lima até a Lapa são informações constantes da publicação "Atualização da Rede Metropolitana de Alta e Média Capacidade de Transportes da RMSP" (Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, 2013), utilizada como subsídio pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL na elaboração do Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014). Cabe à STM e às empresas a ela ligadas (Metrô e CPTM) o periódico redesenho dessa rede de transporte de alta capacidade na Região. Quanto aos equipamentos públicos e a ampliação de usos na Cidade Universitária, está previsto para próximas etapas um diálogo com a Universidade de São Paulo a fim de integrar e conectar seu território com o entorno.
58	MARILUCE DE ASSADOUR	msanutri@gmail.com	É necessário levarmos em conta a infraestrutura. Não há transportes públicos suficiente, não há escolas públicas suficientes, não há supermercados populares. Primeiro tem q haver condições básicas p quem JA mora aqui e depois podem pensar em trazer outras pessoas.	MOBILIDADE / URBANISMO	01/11/2018 13:35	Motivação	<ul style="list-style-type: none"> O PIU tem como objetivo promover ordenamento e reestruturação urbana em áreas subutilizadas e com potencial de transformação. O processo de reestruturação e transformação do território do Arco Pinheiros tem como premissa propor um conjunto de melhoramentos públicos, a serem implantados ao longo do tempo, na busca da melhoria da qualidade de vida e de forma a apoiar o adensamento construtivo e populacional proposto. Os estudos em desenvolvimento subsidiarão a definição de um Programa de Intervenções que contemple ações nos diferentes eixos: mobilidade, habitação, infraestrutura (drenagem), meio ambiente, equipamentos públicos. O PIU também definirá parâmetros para a transformação dos lotes privados resultando a qualificação e ordenamento do território
4	Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal de Cultura)	rbeltrao@prefeitura.sp.gov.br	Bom dia. Uma importante contribuição para o plano é ampliar os mecanismos de divulgação de forma a que haja maior participação. Nesse sentido, sugiro a divulgação por outros mecanismos, como facebook, por exemplo. Atenciosamente.	COMUNICAÇÃO	18/09/2018 13:55	Modelo de gestão democrática	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação dos projetos é muito importante, pois através dela é possível apresentar as propostas, colher contribuições e construir um projeto acordado com a comunidade, o que lhe confere legitimidade. Vamos ampliar a divulgação para construirmos um plano melhor.
31	Kenji Yagura (Lumattek)	kenji@lumattek.com.br	Tais objetivos deveriam ser mensuráveis em números: quanto se quer melhorar? Não se faz uma meta sem um norte completamente específico. A base deve ser o diagnóstico já realizado.	MODELO DE GESTÃO	28/10/2018 19:40	Programa de Interesse Público	<ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP está se desenvolvendo em consonância com as diretrizes do PDE que propõe o fortalecimento da participação popular nas decisões dos rumos da cidade. O projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal deverá contemplar como atuação da SP-Urbanismo, no papel de empresa gestora do PIU, promover a implantação do PIU, avaliando sistematicamente a evolução dos processo de desenvolvimento urbano, apresentando periodicamente relatórios que demonstrem o andamento das ações, podendo realizar contratos com terceiros sobre temáticas não pertinentes à sua expertise como o monitoramento e evolução dos indicadores do projeto.
11	suely miya shiraishi rolleberg albuquerque	miya@prefeitura.sp.gov.br	Os estudantes e professores de engenharia e arquitetura da USP deveria ter como matéria obrigatória fazer estudos e apresentá-los para melhoria da urbanização do Município de São Paulo, como esta matéria em questão.	NA	21/09/2018 10:41	Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> Entendemos que esta sugestão deva ser encaminhada à Universidade de São Paulo.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
33	Carlos Alexandre de Oliveira (Associação Viva Leopoldina)	o.carlosalexandre@gmail.com	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motivo	PIU VL	30/10/2018 20:22	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais.
34	Mauricio Ceara	cearaba@gmail.com	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? Por qual motivo o	PIU VL	30/10/2018 23:48	Comentários	
35	Mauricio Ceara	cearaba@gmail.com	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? Por qual motivo o	PIU VL	30/10/2018 23:48	Comentários	
36	TARCISIO PRADA	tarcisioprada@gmail.com	Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?	PIU VL	30/10/2018 23:58	Comentários	
37	Ronaldo Franze	ronaldofranz@icloud.com	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motivo	PIU VL	31/10/2018 01:25	Modelo de gestão democrática	
43	Alexandre Ribeiro de Lima (Morador da Vila Leopoldina)	rib.baz@uol.com.br	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motivo	PIU VL	01/11/2018 02:27	Comentários	
44	Isilda Maria Bazoni de Lima (Moradora da Vila Leopoldina)	isildabaz@gmail.com	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motivo	PIU VL	01/11/2018 02:31	Comentários	
45	Guilherme Paes	guilherme.paes@me.com	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motivo	PIU VL	01/11/2018 11:08	Comentários	
47	marcos silva	marcosjoda@yahoo.com.br	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motivo	PIU VL	01/11/2018 11:46	Comentários	

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
55	Carlos alberto Curado filho	carlos.curado@yahoo.com.br	Por meio do mapeamento PIU arconpinheiros a Prefeitura está assumindo que o mesmo já se encontra devidamente aprovado. O fato é que nem projeto de lei ele é. Portanto com que base jurídica o mesmo esta sendo apreciado?	PIU VL	01/11/2018 13:04	Comentários	
61	Renata Molina	renata_im@yahoo.com.br	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motiv	PIU VL	01/11/2018 13:51	Comentários	
62	Amanda Guerra	amandadjguerra@gmail.com	Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?	PIU VL	01/11/2018 13:53	Comentários	
63	THIAGO BENEDITI	benediti@gmail.com	Por meio de mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?	PIU VL	01/11/2018 13:53	Comentários	
64	Fernanda Martins ()	fernandaestelles@gmail.com	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motiv	PIU VL	01/11/2018 13:59	Comentários	
65	Hugo Quinsan Soares Pereira	hugoqsp@gmail.com	Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?	PIU VL	01/11/2018 13:59	Comentários	
66	Hugo Quinsan Soares Pereira	hugoqsp@gmail.com	Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina não foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Não seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano?	PIU VL	01/11/2018 14:00	Comentários	
73	Danyelle Abe (Moradora)	danyelle_amo@hotmail.com	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motiv	PIU VL	01/11/2018 14:12	Comentários	
75	BRUNO PERIM (CIDADÃO E CONTRIBUINTE)	bsperim@yahoo.com.br	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motivo	PIU VL	01/11/2018 14:15	Comentários	
76	Luciana Campos dos Santos Bufani	lucamposbufani@terra.com.br	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motiv	PIU VL	01/11/2018 14:15	Comentários	

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
83	CARLOS HENRIQUE HASS	carloshass@gmail.com	Por meio do mapeamento PIU arconpinheiros a Prefeitura está assumindo que o mesmo já se encontra devidamente aprovado. Nem projeto de lei ele é! Portanto com que base jurídica o mesmo esta sendo apreciado?	PIU VL	01/11/2018 14:35	Comentários	
88	Cristiane Lordello	lordlb@uol.com.br	Porque o PIU Leopoldina não foi incluído junto ao PIU Arco de Pinheiros ? Não faz sentido ! Seria um erro aprovar o Leopoldina ! Deveria incluir ao Arco de Pinheiros que é mais abrangente	PIU VL	01/11/2018 15:12	Motivação	
97	Ricardo Contieri	ricardo.contieri@gmail.com	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Por qual motiv	PIU VL	01/11/2018 19:03	Comentários	
103	Jair Argemiro De Bei	steic@uol.com.br	Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?	PIU VL	01/11/2018 22:05	Comentários	
107	Wagner Gomes ((morador da Vila Leopoldina))	wm.gomes@uol.com.br	Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? Sou totalmente contra esse projeto, isso é interesse descarado da Votorantin que esta por tras apenas de seus interesses comerciais.	PIU VL	02/11/2018 01:42	Comentários	
108	Macsuel Guimarães	macsuell@uol.com.br	O PIU Leopoldina deveria ser incorporado ao PIU Arco de PINheiros	PIU VL	02/11/2018 01:49	Motivação	
113	CHRISTIAN MA ()	chris_mantovani@yahoo.com.br	É + UM PROJETO DO TIPO "GOELA A BAIXO" / "TOP DOWN" ... SÓ TEM FORMALIDADES PARA DIZER QUE ESTÃO OUVINDO A POPULAÇÃO ... O POVO DA VILA LEOPOLDINA PRORITARIAMENTE QUER SAÍDA DO CEAGESP ... QUER UM NÃO PRO PROJETO PIU LEOPOLDINA DO JEITO QUE ESTÁ ... ALGUÉM TEM DÚVIDA? É SÓ FAZER UM REFERENDO LÁ ... FORA ARCO DO PINHEIRO ... FORA PIU DA LEOPOLDINA / VOTORANTIM !!!	PIU VL	02/11/2018 23:05	Comentários	
114	Marinalva P Silva	nalva.p.silva@terra.com.br	- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? - Po	PIU VL	02/11/2018 23:55	Comentários	

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
52	Silas De oliveira e silva (Professor)	silasesp@gmail.com	O que está em jogo São interesses imobiliários milionários da Votorantim que perdeu seus terrenos por invasões há várias décadas. Tal projeto de reurbanização apenas contempla uma parte dos desalojados "jogando" os demais para dentro da Vila Leopoldina em terreno contaminado promovendo o adensamento populacional. Enquanto isso o problema maior que é o da urbanização e recolocação das famílias será resolvido em partes, porque irá levar essas pessoas para a parte mais cara do bairro onde os preços praticados são abusivos. Tal projeto tampouco irá promover a melhora nos acessos ao Ceagesp e seus buzinaços de madrugada.	PIU VL / CEAGESP	01/11/2018 12:28	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.
91	ana dominguez	azap@uol.com.br	o piu vila leopoldina não foi aprovado. vila leopoldina não comporta mais um adensamento populacional. As propostas do Arco de Pinheiros vão completamente contra as necessidades da nossa região. A população é contra o adensamento populacional sem estrutura! Enfrentamos sérios problemas de energia elétrica, transporte, falta de segurança, reduto de cracolândia e mendigos, inundações, trânsito de caminhões...não precisamos e não queremos este projeto! E a saída do Ceagesp?? Não está sendo considerado o polo tecnológico defendido agora por nosso governador?? Sou completamente contra!	PIU VL / ADENSAMENTO / CEAGESP	01/11/2018 17:47	Modelo de gestão democrática	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. Em consonância com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico – PDE, o adensamento populacional e construtivo proposto para o território do PIU ACP está apoiado na melhoria da infraestrutura urbana nos seus diferentes eixos: mobilidade, ambiental, habitacional e de equipamentos. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
72	Marcia Zamnretti	mzambretti@yahoo.com.br	<p>Não concordo com o PIU Leopoldina, que aliás nem está aprovado e nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?</p> <p>- Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina não foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Não seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano?</p> <p>- Por que foram modificados os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordo com isto.</p> <p>- Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato suprimindo +14.000 m2 de área que hoje é ZEIS?</p> <p>- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?</p> <p>- Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja?</p>	PIU VL / CEAGESP / HABITAÇÃO	01/11/2018 14:09	Comentários	<p>Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp.</p> <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo.</p> <p>Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.</p> <p>• A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB.</p> <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL.</p> <p>• O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais.</p> <p>• O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto.</p> <p>Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp.</p> <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo.</p> <p>Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i)</p>

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
							<p>sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.</p> <ul style="list-style-type: none"> As favelas do perímetro do PIU Leopoldina estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU Arco Pinheiros e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto (ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros). Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiaçu.
101	RODRIGO REZENDE	rodrigo.rezende@globo.com	<p>gostaria primeiramente de saber por qual motivo o PIU Leopoldina nao foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros se estao ao lado um do outro</p> <p>por que foi modificado os eixos previstos inicialmente no PIU Pinheiros, apenas para atender o PIU Leopoldina? nAO CONCORDAMOS COM ISSO</p> <p>Nao concordamos com o adensamento da regioao sem contrapartidas como melhorias de infraestrutura e serviços para o bairro e para os atuais moradores.</p> <p>por que o PIU ARCO PINHEIROS nao está indicando presença de área ZEIS exatamente na area das favelas da linha e do Nove, e Cingapura Madeirit?</p> <p>-Qual de fato será o futuro do Ceagesp? estao aprovando um projeto urbanistico sem definir um projeto efetivo para o principal terreno da regioao, onde prometeram um polo tecnologico e , no projeto PIU ARCO PINHEIROS nao mostra nenhuma definiacao para esta area? como podem propor um projeto urbanistico sem definir o que se instalará na maior área/terreno deste entorno, o qual ocasionará o maior impacto de infraestrutura, social e economico???</p>	PIU VL / CEAGESP/ HABITAÇÃO	01/11/2018 20:51	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. As favelas do perímetro do PIU Leopoldina estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU Arco Pinheiros e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto. (ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros). Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiaçu. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para recepcionar futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
69	Fabio Miranda (Morador)	mirfabio@gmail.com	<p>Por que o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS das comunidades da linha e do nove e do cingapura Madeirit? São mais de 14.000 m² de área ZEIS suprimidos.</p> <p>Parece que consideram o PIU Vila Leopoldina, que ainda nem é projeto de lei, como aprovado. Poderiam ter incorporado essa intervenção menor (PIU Vila Leopoldina) já ao projeto maior do PIU Arco de Pinheiros. Agora o projeto maior não se relaciona a realidade urbanística atual.</p>	PIU VL / HABITAÇÃO	01/11/2018 14:02	Modelo de gestão democrática	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL.</p>
79	Vinicius Martins Izidoro (Morador Vila Leopoldina)	viniciusmartinsizidoro@gmail.com	<p>A prefeitura decidiu colocar o “carro na frente dos bois” quando apressou (sem qualquer motivo razoável) o PIU Vila Leopoldina!!</p> <ul style="list-style-type: none"> Agora a prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como “aprovado” no PIU Arco de Pinheiros!! Isso não faz sentido na medida que o PIU Vila Leopoldina possui erros gravíssimos de concepção tais como: <ul style="list-style-type: none"> Análise econômico-financeira superficial e amadora com altíssimo risco de graves danos ao erário Gravíssima supressão de área demarcada como ZEIS (cerca de 14 mil m²) no local onde estão as favelas da Linha e do Nove (ISSO É MUITO GRAVE!!!!!!!) Desrespeito a lei que pressupõe que as famílias sejam reassentadas dentro do Perímetro de Intervenção Minimização da grave contaminação do Terreno da SPTRANS (ZEIS 3) que demandará: <ul style="list-style-type: none"> altos valores e recursos do erário para descontaminá-lo; e longuíssimo tempo de planejamento/projeto, execução, efetiva descontaminação e/ou remediação para obtenção da autorização legal (Cetesb) Ocultação de um cronograma realista que NÃO prevê uma data alvo factível para início da construção das HIS (em função da complexidade envolvida no terreno contaminado) Altíssimo grau de judicialização (o que atrasaria e/ou inviabilizaria o atendimento das iminentes demandas sociais e a implosão do PIU Vila Leopoldina e, conseqüentemente, de parcela do PIU Arco de Pinheiros) Planejamento a portas fechadas, execução acelerada, afobada e exclusão à revelia dos Cenários B, C, D e E por parte da prefeitura Inexistência de diálogo legítimo por parte da SP-URBANISMO e Proponentes com mais de 90% da Comunidade que mora e trabalha na Vila Leopoldina (grande parte do público impactado foi ignorado!!!) Equipamentos sociais com visão de curtíssimo prazo versus a necessidade de equipamentos sociais estruturantes para o TODO bairro com visão de longo prazo PIU Leopoldina estar separado ou apartado do PIU Arco de Pinheiros, ou seja, colocaram o “carro na frente dos bois”. Será um acúmulo de erros por parte da prefeitura se não colocar as coisas em ordem normal!! Além disso a prefeitura precisa se esforçar um pouco para não transparecer seu tamanho interesse em privilegiar interesses econômicos de alguns poucos grupos privados. 	PIU VL / HABITAÇÃO	01/11/2018 14:25	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais. As favelas do perímetro do PIU Leopoldina estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU Arco Pinheiros e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto. (ver <i>mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros</i>). Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiáçu.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
82	Edson Monteiro ()	edson@grupovelostransportes.com.br	Jogo de interesses de uma empresa como a VOTORANTIN que tem como proposta esse projeto faraônico e sem explicações, pois os números que foram apresentados nessa negociação e muito estranho é surreal !!! Colocar famílias em uma área contaminada entre outros riscos ? Saindo de onde elas estão que já tem seus direitos constituídos como comércio suas próprias casas para um lugar que nem mesmo sabem todos os custos que irão ter com esse projeto sem pé nem cabeça ? Penso que deveria ter mais estudos aprofundados ao invés de ir fazendo algo sem sentido e prejudicando a todos os moradores do bairro .Projeto puramente mascarado e político para somente beneficiar seus interesse.	PIU VL / HABITAÇÃO	01/11/2018 14:33	Impacto esperado da intervenção	
50	Daniel Nabuco de Oliveira	danielnabuco@hotmail.com	Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja?	PIU VL / HABITAÇÃO	01/11/2018 12:21	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> As favelas do perímetro do PIU Leopoldina estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU Arco Pinheiros e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto. (ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros). Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiáçu.
60	Marina Gomes	marina_msg@hotmail.com	- Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato suprimindo +14.00	PIU VL / HABITAÇÃO	01/11/2018 13:47	Comentários	
68	Hugo Quinsan Soares Pereira	hugoqsp@gmail.com	Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato suprimindo +14.000 m2 de área que hoje é ZEIS?	PIU VL / HABITAÇÃO	01/11/2018 14:02	Comentários	
71	Hugo Quinsan Soares Pereira	hugoqsp@gmail.com	Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja?	PIU VL / HABITAÇÃO	01/11/2018 14:03	Comentários	
81	Pietro Almeida Izidoro (Morador Vila Leopoldina)	pietroizidoro@gmail.com	*** ATENÇÃO, ATENÇÃO, ATENÇÃO *** A prefeitura está provocando um erro grave neste projeto PIU Arco Pinheiros pois não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit!!! Não considerar tais áreas é SUPRIMIR (de maneira proposital) mais de 14.000 m2 de área que hoje é ZEIS!!! Isso é gravíssimo!!! Por favor, peço aos guardiões das ZEIS para atentarem-se a isso de tal forma que os interesses econômicos de poucos grupos privados não sejam colocados na frente das iminentes demandas sociais do perímetro demarcado.	PIU VL / HABITAÇÃO	01/11/2018 14:32	Comentários	
99	Luiz F Normand (Lnormand Interiores)	lnormand.interiores@gmail.com	Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato suprimindo +14.000 m2 de área que hoje é ZEIS.	PIU VL / HABITAÇÃO	01/11/2018 20:28	Comentários	

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
111	Flavia Llimona	flalli11@gmail.com	<p>Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?</p> <p>Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina não foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Não seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano?</p> <p>Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto.</p> <p>Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato suprimindo +14.000 m2 de área que hoje é ZEIS?</p> <p>Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?</p> <p>Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja?</p>	PIU VL / HABITAÇÃO / CEAGESP	02/11/2018 22:05	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais. As favelas do perímetro do PIU Leopoldina estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU Arco Pinheiros e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto. (<i>ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros</i>). Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiáçu. Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
95	André Rodrigues ()	dehrodrix@gmail.com	<p>Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS nas favelas da Linha e do Nove, e o Cingapura Madeirit? Sem essas áreas, o projeto do PIU Arco Pinheiros está suprimindo +14.000 m2 da área que hoje é ZEIS!</p> <p>A Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado? Esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para isso?</p> <p>Cadê a inteligência e o planejamento ao adensar populacionalmente a região sem estudos aprofundados de impacto?</p> <p>Por que o PIU Vila Leopoldina não foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros, que é mais abrangente? É um grande erro aprovar um PIU menor em primeiro plano!</p> <p>Cadê o tão falado polo tecnológico para a área do CEAGESP? Qual será o futuro da CEAGESP?</p> <p>Por que foram modificados os eixos verdes do original PIU Arco Pinheiros?</p>	PIU VL / HABITAÇÃO / CEAGESP / MEIO AMBIENTE	01/11/2018 18:13	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais. As favelas do perímetro do PIU Leopoldina estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU Arco Pinheiros e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto. (<i>ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros</i>). <p>Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiáçu.</p> <ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para recepcionar futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo.</p> <p>Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.</p> <ul style="list-style-type: none"> Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão.
100	Eduardo Pfszter (Morador Vila Leopoldina)	pfizter@hotmail.com	<p>Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?</p> <p>- Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina não foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Não seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano?</p> <p>- Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto.</p> <p>- Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato suprimindo +14.000 m2 de área que hoje é ZEIS?</p> <p>- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?</p> <p>- Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja?</p>	PIU VL / HABITAÇÃO / CEAGESP /	01/11/2018 20:40	Motivação	

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
40	Eloisa Nishida	eloisa_nishida@hotmail.com	<p>Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupoe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?</p> <p>Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina nao foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Nao seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano?</p> <p>Por que foi modificado os eixos previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina?</p>	PIU VL / MEIO AMBIENTE	31/10/2018 16:12	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais. Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão.
92	Rita De Cassia Ribeiro Ferro Costa	ritinhaferro@yahoo.com.br	<p>Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupoe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina nao foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Nao seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano?</p> <p>Por que foi modificado os eixos previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina?</p>	PIU VL / MEIO AMBIENTE	01/11/2018 17:48	Comentários	
104	Jair Argemiro De bei	steic@uol.com.br	<ul style="list-style-type: none"> Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina não foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Não seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano? Por que foi modificado os eixos verdes previstos inic 	PIU VL / MEIO AMBIENTE	01/11/2018 22:07	Motivação	
49	Alessandra Mintz	alessandramintz@gmail.com	- Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto	PIU VL / MEIO AMBIENTE	01/11/2018 12:21	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses
77	Flavia Racanicchi Soares	flavia-racanicchi@hotmail.com	- Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto.	PIU VL / MEIO AMBIENTE	01/11/2018 14:16	Comentários	

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
87	DANIELLE ALMEIDA IZIDORO (Moradora da Vila Leopoldina)	danizidoro@gmail.com	<p>*** ATENÇÃO AO VERDE *** SOS VERDE ***</p> <p>Por algum motivo desconhecido, foram realizadas modificações relevantes nos eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros. Os eixos anteriores eram muito mais eficazes mas, de repente, ficou evidente que foram alterados para beneficiar algum grande grupo econômico que tem interesses notórios em promover uma verdadeira higienização social através do PIU Vila Leopoldina. Peço uma revisão completa e absoluta em todo projeto envolvendo áreas verdes (que seja o máximo possível e não o mínimo necessário) priorizando os interesses da população e não um único interesse de um grande grupo econômico.</p>	PIU VL / MEIO AMBIENTE	01/11/2018 14:52	Comentários	<p>das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL.</p> <ul style="list-style-type: none"> O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais. Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão.
112	Victor Molchansky (Vila Leopoldina para Todos)	victor.molchansky@gmail.com	<p>Gostaria de parabenizar a prefeitura por essa iniciativa estruturante de nossa cidade!!</p> <p>Acredito que o PIU Arco Pinheiros será uma maravilhosa oportunidade de pensar o ordenamento do perímetro a que se refere.</p> <p>Um ponto que me deixou muito surpreso e que considera falho, senão até mesmo ilegal, é o fato de o PIU Arco Pinheiros mencionar o PIU Vila Leopoldina reservando já uma área para ele. Ou seja, a prefeitura considera que o PIU Vila Leopoldina vai ser aprovado tal como proposto pelo Grupo Votorantim??? Mas como pode ser isso se ainda não foi sequer gerado o projeto de lei para o PIU Vila Leopoldina?? Além disso, o PIU Vila Leopoldina deixou muito claro que existem inúmeras falhas, desde o planejamento econômico-financeiro até a ordenação urbanística que foram desenhadas para benefício apenas do proponente, e prejuízo das comunidades da região e do erário público. Por que então essa iniciativa abrangente e virtuosa que é o PIU Arco Pinheiros está assumindo e reservando uma área para o PIU Vila Leopoldina??? É legal reservar uma área para um PIU que foi proposto apenas por um particular que tem terreno na região (Votorantim) quando podemos agora discutir um projeto abrangente para beneficiar a todos??? Qual é a base legal que permite à prefeitura desincentivar propostas para a área do PIU Vila Leopoldina, retirando essa área da discussão e já destinando ao interesse do proponente (Votorantim)???</p> <p>Por que é que os eixos verdes do PIU Arco Pinheiros foram mudados apenas para se adequar ao proposto no PIU Vila Leopoldina que interessa apenas ao Grupo Votorantim e não à população da Vila Leopoldina??? O Movimento Vila Leopoldina para Todos, formado por mais de 6 MIL pessoas da Vila Leopoldina não compactua com essa visão. Qual o embasamento urbanístico e jurídico para se privilegiar a visão do proponente privado (Votorantim) em prejuízo de todo o resto da população??? Todos os moradores da Vila Leopoldina sabem que existem 2 favelas do lado do CEAGESP e cujas famílias dependem do CEAGESP. Por que não foram retratadas no PIU Arco de Pinheiros</p>	PIU VL / MEIO AMBIENTE / CEAGESP	02/11/2018 22:17	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais. Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no empreendimento. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para recepcionar futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
			<p>as ZEIS da Favela da Linha e da Favela do Nove (portão nove do CEAGESP)??? O PIU Vila Leopoldina que foi proposto pelo Grupo Votorantim, proprietário de terreno ao lado das Favelas propõe ELIMINAR mais de 14 MIL m2 de área de ZEIS dessas favelas e jogar os moradores para outra parte do bairro. A Prefeitura ao não mencionar as ZEIS das 2 Favelas está formalmente concordando com essa supressão de área de 2 ZEIS com mais de 14 mil m2??? O que a Prefeitura propõe que seja feito com as famílias das Favelas que dependem do CEAGESP se o CEAGESP sair de sua localização atual???</p> <p>Já foi mencionado muitas vezes pelo Governador João Dória que a atual localidade do CEAGESP dará lugar a um polo tecnológico. Por que o polo tecnológico foi mencionado pelo PIU Arco Pinheiros como sendo do outro lado do rio, isto é, do lado Jaguaré e não onde se localiza o CEAGESP??? Qual a destinação pretendida pelo PIU Arco Pinheiros para a localidade do CEAGESP??? Apenas adensamento populacional??? Qual estudo de ordenamento urbano e instalação de equipamentos públicos qualificados como hospitais, escolas, corpo de bombeiros, terminais intermodais foram avaliados para escolher algo para essa área???</p> <p>Em resumo, como cidadão e morador da Vila Leopoldina, acho que o PIU Arco Pinheiros tem tudo para ser uma excelente iniciativa da Prefeitura, desde que não se deixe SUBORDINAR ao interesse particular do proponente do PIU Vila Leopoldina (Grupo Votorantim).</p>				deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.
59	Anselmo Carvalho	anselmo.oak@gmail.com	<p>Entre erros e acertos do projeto me chama a atenção que o PIU Leopoldina ainda está em discussão, portanto não foi aprovado, mas aqui é mencionado como tal. Sem a participação de TODA a comunidade não me parece que o PIU Arco de Pinheiros terá sua legitimidade garantida. A essência do sucesso desse tipo de projeto é garantir que a maioria da população envolvida tenha eco nas decisões. Abaixo mais comentários técnicos levantados com um grupo de moradores envolvidos no PIU Leopoldina que podem melhorar a reflexão dos demais envolvidos:</p> <p>- Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?</p> <p>- Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina não foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Não seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano?</p> <p>- Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto.</p> <p>- Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato</p>	PIU VL / MEIO AMBIENTE / HABITAÇÃO / CEAGESP	01/11/2018 13:44	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais. Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão. As favelas do perímetro do PIU Leopoldina estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
80	Paulo J De Raphael (Morador da Região)	paulo.rafael@uol.com.br	<p>suprimindo +14.000 m2 de área que hoje é ZEIS?</p> <p>- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?</p> <p>- Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja?</p> <p>Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?</p> <p>- Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina não foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Não seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano?</p> <p>- Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto.</p> <p>- Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato suprimindo +14.000 m2 de área que hoje é ZEIS?</p> <p>- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?</p> <p>- Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja?</p>	PIU VL / MEIO AMBIENTE / HABITAÇÃO / CEAGESP	01/11/2018 14:29	Comentários	<p>lista dos assentamentos precários do PIU Arco Pinheiros e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto. (ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros).</p> <p>Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiáçu.</p> <ul style="list-style-type: none"> O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo.</p> <p>Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.</p>
90	Eduardo de Setti Alve	eduardo@merc.com.br	<p>Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso?</p> <p>Por qual motivo o PIU Vila Leopoldina não foi incorporado ao PIU Arco Pinheiros (que é mais abrangente)? Não seria um equívoco aprovar um PIU menor em primeiro plano?</p> <p>- Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto.</p> <p>- Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato suprimindo +14.000 m2 de área que hoje é ZEIS?</p> <p>- Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o</p>	PIU VL / MEIO AMBIENTE / HABITAÇÃO / CEAGESP	01/11/2018 17:00	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL.</p> <ul style="list-style-type: none"> O desenvolvimento de distintos PIU no mesmo território não representa interesses públicos distintos, tampouco riscos de incoerência técnica, pois todos partem de diretrizes de desenvolvimento urbano previstas no PDE e PRS e partilham do mesmo rito de desenvolvimento e estruturação coordenado pela

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
			<p>terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?</p> <p>- Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja?</p>				<p>SP Urbanismo, em colaboração com a SMUL e demais secretarias municipais.</p> <ul style="list-style-type: none"> As favelas do perímetro do PIU Leopoldina estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU Arco Pinheiros e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto. (<i>ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros</i>). Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiáçu. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para recepcionar futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo.</p> <p>Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.</p>
53	Renata Ross	rossrenata@hotmail.com	<p>Não consegui entender o porquê do PIU Vila Leopoldina não ter sido incorporado ao PIU Arco Pinheiros que trata da região como um todo. mais abrangente) por que vocês estão tratando não somente como assuntos separados como deram prioridade a um em detrimento do outro? A única resposta plausível para mim é o interesse de uma incorporadora que certamente irá lucrar bastante com isso.</p> <p>Outra coisa, estão tratando o PIU Leopoldina como aprovado, mas sabemos que não foi e não é a única opção viável, aliás é a menos interessante tanto para os moradores da região quanto para a comunidade que será realocada... mais uma vez fica evidente o interesse o jogo de interesses. <u>E já sabendo da saída do CEAGESP, gostaria de saber como estas famílias que tiram seu sustento de lá irão sobreviver?</u></p> <p>Por fim, vejo que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto.</p>	PIU VL / URBANISMO / MEIO AMBIENTE	01/11/2018 12:35	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsector Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em consonância com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico – PDE, o adensamento populacional e construtivo proposto para o território do PIU ACP está apoiado na melhoria da infraestrutura urbana nos seus diferentes eixos: mobilidade, ambiental, habitacional e de equipamentos. Esta transformação deverá estar associada a um plano de desenvolvimento econômico que promova o <i>equilíbrio emprego moradia e consequentemente a melhoria da qualidade de vida</i>. Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
106	Elio Victal Ferreira Jr	elio.iconus@gmail.com	<ul style="list-style-type: none"> A região não suporta os 70 mil moradores para o entorno da Vila Leopoldina e do Jaguara, na zona oeste da cidade, em aspectos como transporte público, saneamento básico, vias de acesso, e infraestrutura inviável para tal projeto. Ademais, por que motivos os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros foram modificados, sendo que eram muito mais eficazes? Não concordamos com isto. 	URBANISMO/ ADENSAMENTO/ MEIO AMBIENTE	01/11/2018 23:17	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> Em consonância com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico – PDE, o adensamento populacional e construtivo proposto para o território do PIU ACP está apoiado na melhoria da infraestrutura urbana nos seus diferentes eixos: mobilidade, ambiental, habitacional e de equipamentos. Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão.
96	Renato Del Pozzo	renatopozzo@uol.com.br	<ul style="list-style-type: none"> A cidade de São Paulo necessita frear a expansão urbana seja em áreas populosas ou não. Antes de se investir recursos públicos (que na verdade não existem), visando o aumento da população do bairro, dever-se-ia investir na melhora dos meios existentes, cujos resultados serão alcançados num prazo menor. Há de se avaliar a melhoria da mobilidade de carros e ônibus no Bairro que atravessam os rios Pinheiros, pela ponte do Jaguaré, e Tietê, pela Ponte dos Remédios, que estão super saturadas hoje, requerendo, pelo menos, mais uma via de transposição de um desses rios. Por meio do mapeamento do PIU Arco Pinheiros pressupõe-se que a Prefeitura está considerando o PIU Vila Leopoldina como aprovado. Mas esse projeto nem mesmo é um projeto de lei. Qual a sustentação urbanística e jurídica para esse caso? Por que foi modificado os eixos verdes previstos inicialmente no PIU Arco Pinheiros que eram muito mais eficazes, apenas para atender o PIU Leopoldina? Não concordamos com isto. Há de se avaliar, ainda, a limitação e saturação das linhas de transmissão elétrica que não suportarão o aumento da população da Vila Leopoldina sem investimentos nesse setor. Por que o projeto do PIU Arco Pinheiros não está indicando a presença das áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit? Ao desprezar essas áreas o projeto do PIU Arco Pinheiros está de fato suprimindo +14.000 m2 de área que hoje é ZEIS? Qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto? Por qual motivo o PIU Arco Pinheiros não está considerando as áreas de ZEIS na Favela da Linha e do Nove + assentamentos precários do Cingapura Madeirit, enquanto demarca todas os demais assentamentos precários em laranja? 	PIU VL /MOBILIDADE / MEIO AMBIENTE / HABITAÇÃO	01/11/2018 18:44	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O adensamento populacional e construtivo proposto pelo PDE para Macroárea de Estruturação Metropolitana está associado à implantação de infraestrutura de suporte nos diversos eixos: mobilidade, drenagem, ambiental e social (habitação e equipamentos). O Projeto em desenvolvimento, com a participação de técnicos das secretarias e órgãos competentes. Em relação ao tema de mobilidade o Grupo de Trabalho tem a participação de SP - Urbanismo, CET, SPTrans, CPTM e SIURB, que estuda as seguintes propostas: <ul style="list-style-type: none"> O PIU Arco Pinheiros está estudando as várias alternativas de transposição do Rio Pinheiros que foram propostas nos últimos anos, desde a altura da Av. Eng. Billings até a altura da Av. Escola Politécnica, visando avaliar a que melhor atenderia a nova ligação entre as duas margens e o desenvolvimento proposto. A localização exata da ponte ainda não foi definida, será objeto de discussão entre os órgãos competentes e validada junto à sociedade civil; Está em estudo para implantação nova transposição não motorizada sobre o rio Pinheiros próxima à Ponte Jaguaré melhorando a acessibilidade à Estação da CPTM; A proposta do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina - Villa Lobos – PIU VL teve origem, em agosto de 2016, por meio de Manifestação de Interesse Privado protocolada por proprietários de terrenos do perímetro, nos termos do art. 8º do Decreto nº 56.901/março de 2016, ou seja, anteriormente ao início dos estudos do subsetor Arco Pinheiros. Considerando que o PIU VL está em uma etapa mais avançada de discussão pública e se constitui como um processo participativo específico, cabe ao Arco Pinheiros, neste momento, observar as tratativas deste processo, sobretudo contemplando os interesses das comunidades e as prioridades definidas por SEHAB. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas construam uma base integrada, alinhando-se com a proposta de transformação do PIU VL. Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão. As favelas do perímetro do PIU Leopoldina estão previstas para serem atendidas no âmbito daquele Projeto. Contudo, mesmo assim, elas integram a lista dos assentamentos precários do PIU Arco Pinheiros e são consideradas nos estudos, sempre com a ressalva de estarem previstas naquele projeto. (ver mapa 15, pag 52, Diagnóstico disponibilizado no site: https://participe.qestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/#/arco-pinheiros). Seguindo o levantamento de SEHAB a Favela do Nove é identificada como Japiáçu. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
							<p>condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp.</p> <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo.</p> <p>Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.</p>
32	Olexander Mroczko (Libbs Farmacêutica Ltda)	olexander.mroczko@libbs.com.br	<p>Temos um projeto de empreendimento, cujo o objetivo está alinhado com o projeto apresentado na consulta pública. Ou seja, temos interesse em construir nosso centro de pesquisas nessa região.</p> <p>Conforme apontado pelo relatório, a região é servida por varias vias arteriais que fazem ligação com as demais regiões da cidade e principais aeroportos. Tornando uma região potencialmente atrativa e com vocação para pesquisa e desenvolvimento, ainda mais pelo fato de estar no mesmo parque da USP e Butantan.</p> <p>Do exposto, uma sugestão para empreendimento com essa finalidade, seria aumentar o gabarito dessa região, que hoje está em 28 metros de altura e que em caso de construções maiores, necessitam de pagamento de outorga onerosa, que acaba dificultando a aprovação de projetos.</p> <p>Atualmente, temos um outro ponto que tem impacto nos novos empreendimentos, está relacionada a infraestrutura, onde não há uma rede de restaurantes e outros serviços necessário para atender a poluição de escritórios.</p>	PQ TECNOLOGICO	30/10/2018 18:38	Motivação	<ul style="list-style-type: none"> • A construção de um centro de pesquisa do na área do parque tecnológico do Jaguaré apresenta consonância com os estudos do PIU ACP. Estes mesmos estudos apontam que o desenvolvimento de atividades de inovação está diretamente relacionado à presença de infraestrutura de mobilidade, locais de encontro sejam públicos (praças, largos, parques) ou privados (cafés, restaurantes etc.). Desta forma, as próximas etapas do PIU ACP que serão publicizadas deverão trazer parâmetros de uso e ocupação do solo capazes de permitir e atrair a implantação destas atividades, bem como implantar melhorias de mobilidade para garantir a acessibilidade à nova centralidade proposta. • O Plano Diretor Estratégico PDE (Lei nº16.050/2014) tem como diretriz a socializar os ganhos da produção da cidade através da aplicação de outorga onerosa do direito de construir. Também dispõe (art. 115) que a PMSP poderá outorgar onerosamente o direito de construir correspondente ao potencial construtivo adicional mediante contrapartida financeira, (parágrafo único) os recursos auferidos com as contrapartidas financeiras serão destinados ao Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB. Por fim, para o calculo do potencial construtivo adicional será utilizado coeficiente de aproveitamento básico 1. Desta forma, será através dos recursos auferidos com a venda de potencial construtivo adicional que a PMSP deverá requalificar e implementar as intervenções necessárias à reestruturação, qualificação e ordenamento do território.
12	suely miya shiraishi rolleberg albuquerque	miya@prefeitura.sp.gov.br	<p>Criar um grande núcleo com moradias "inteligentes", aproveitando espaços aéreos para a moradia e partes debaixo vazadas para áreas de convivência, essencial para "vínculo afetivos" entre crianças e pessoas, possibilitando tanto as brincadeiras em espaços muito amplos e práticas corporais e atividades físicas. Núcleo escolar para todas as idades, Unidade de saúde, núcleo esportivo com atividades orientadas. Espaços comuns para hortas e pomar comunitários. Biblioteca comum.</p>	URBANISMO	21/09/2018 10:48	Programa de Interesse Público	<ul style="list-style-type: none"> • O PIU ACP, em consonância com o marco regulatório (PDE e LPUOS), incentiva empreendimentos multifuncionais, com o objetivo de promover dinâmica urbana e diversidade social. A contribuição está alinhada com a diretriz do PIU ACP de promover a articulação territorial entre os locais habitados por população de baixa renda e o entorno, sobretudo promovendo melhorias no acesso aos serviços e equipamentos públicos do entorno

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
24	Rodrigo Mauro	rodrigo@remconstrutora.com.br	Entendo que a área 03 não deveria ficar restrita a apenas usos mistos e não residenciais. A região do Jaguaré é carente de unidades habitacionais residenciais também. Para desenvolvimento da região, é necessário que o uso fique parecido com ZEU, com incentivo à unidades residenciais, NR, estudantes e etc. Entretanto, a outorga deve ser compatível com a realidade do mercado. Valor abusivos não permitirão o desenvolvimento da área. Sugerimos uma outorga 30% mais barata do que aquela aplicada nas áreas ZEU.	URBANISMO	04/10/2018 11:59	Modelo de gestão democrática	<ul style="list-style-type: none"> O Projeto propõe a implantação de usos residenciais associados a usos não residenciais principalmente nas proximidades do futuro Corredor de ônibus Jaguaré, promovendo aproximação emprego/ moradia, um dos indicadores de qualidade de vida. <p>A definição de incentivos aos usos residenciais neste setor, bem como o valor de outorga serão objeto do estudo econômico a ser desenvolvido nas próximas etapas do PIU ACP.</p>
6	M. Ignez Barretto (SAAP - Associação dos Amigos de Alto dos Pinheiros)	saap@saap.org.br	<p>A SAAP – Associação dos Amigos de Alto dos Pinheiros, representa um bairro-jardim residencial de baixa densidade, que é vizinho da área delimitada para o Pio Arco Pinheiros promover a transformação e qualificação do território.</p> <p>Apontamos que é essencial a implantação de um plano de mobilidade para absorver a população adicional de 80.000 pessoas prevista em 30 anos nesta área.</p> <p>O Corredor Metropolitano previsto na Gastão Vidigal será estanque uma vez que:</p> <ol style="list-style-type: none"> Sua continuidade é inviável pois terá alto impacto negativo no bairro Alto dos Pinheiros A Cerro Corá, hoje já é muito sobrecarregada. <p>Será necessário priorizar a linha de Metrô que serve esse setor para viabilizar as transformações propostas.</p>	URBANISMO / MOBILIDADE	18/09/2018 19:16	Adensamento Populacional e Construtivo	<ul style="list-style-type: none"> O adensamento populacional e construtivo proposto para o território do PIU ACP está apoiado na melhoria da infraestrutura urbana nos seus diferentes eixos: mobilidade, ambiental, habitacional e de equipamentos. Informamos que a competência para planejamento, projeto e implantação dos corredores de ônibus é da Secretaria Municipal de Transportes. A rede de corredores de ônibus planejados vem do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e do Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo (Decreto 56.834/2016) e os corredores foram citados no diagnóstico do Arco Pinheiros como projetos colocalizados. O PIU Arco Pinheiros recepção o plano do Corredor Gastão Vidigal e busca propor um regramento urbanístico adequado ao sistema de transporte planejado. Como já definido pelo próprio PDE, "a implantação de novos corredores, terminais e estações de transferência de ônibus, linhas e estações de metrô, trens, mon trilhos e do transporte hidroviário e a modernização dos já existentes, deverão apresentar soluções que compatibilizem a sua inserção ao ambiente urbano". A extensão da Linha 2 - Verde até Estação Cerro Corá e sua conexão com uma nova linha que ligaria a região da Faria Lima até a Lapa são informações constantes de uma rede futura de longo prazo, fornecida pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM para a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, como subsídio à elaboração do Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014). Cabe à STM e às empresas a ela ligadas (Metrô e CPTM) o desenho dessa rede de transporte de alta capacidade na Região Metropolitana.
51	Luis Augusto Bianco Gracie	luis.gracie@hotmail.com	Não concordo com esta construções de proporções descomunais pois a estrutura de rede elétrica, rede esgotos, vias de acessos e estacionamento. Todos os projeto com construções de edifício deveriam ser limitados a prédio com 4 andares para evitar transtorno para empresas e moradores locais. A região necessita de áreas verde para o bem estar da população, todo o projeto deveria ser repensado.	URBANISMO/ MEIO AMBIENTE	01/11/2018 12:21	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A adequação da capacidade de suporte ocorrerá através da ampliação e não da implantação dos serviços à medida em que a demanda aumentar. Uma vez que o adensamento é uma diretriz do PDE, as concessionárias de serviços públicos deverão prover os serviços necessários. Não obstante, a SP-Urbanismo providenciará as manifestações das concessionárias e permissionárias sobre as condições de atendimento à futura demanda. <p>Quanto à necessidade de áreas verdes, o diagnóstico ambiental revelou a real necessidade da região e o projeto propõe a implementação de áreas verdes, alamedas, bulevares, formando corredores que interligarão praças e parques visando a ampliação dos espaços públicos e áreas de lazer.</p>
78	marcus marujo	raphulthians@hotmail.com	Não concordo com esta construções de proporções descomunais pois a estrutura de rede elétrica, rede esgotos, vias de acessos e estacionamento. Todos os projeto com construções de edifício deveriam ser limitados e estudados antes de anunciar mais de mil apartamentos , assim conseguem evitar transtorno para empresas e moradores locais. A região necessita de áreas verdes para o bem estar da população, todo o projeto deveria ser repensa	URBANISMO/ MEIO AMBIENTE	01/11/2018 14:24	Comentários	

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
26	Luiz Carlos Borges (Registro Imóveis)	flexborges@gmail.com	<p>Sou morador do bairro do Jaguaré desde 1979. Nascido na Vila Leopoldina há 61 anos, cresci na Vila Ipojuca, mesclado com a Vila Leopoldina. Meus avós eram criadores de animais e fornecedor de leite, pois entre os animais que criavam tinha também vacas leiteiras. Meu avô foi proprietário da quadra que compreende as ruas: Mergenthaler, Frederico Wolf, Sebastião Bah e Rua Columbos - Vila Leopoldina. Essa região da Zona Oeste de São Paulo, teve em sua existência vários tipos de ocupações. Teve o seu início a formação de chacareiros e criadores de animais. Posteriormente acabou virando polo industrial, foi quando apareceu os Moffarejs, que construíram vários galpões e aí então começaram as indústrias no local. Com o advento do CEASA na época, hoje o CEAGESP, começou então juntamente com esse advento a degradação do ambiente, surgindo caixotarias, prostíbulos, com isso começou então a ficar um bairro e ou uma zona perigosa com baixa frequência. Hoje o bairro perdendo essas características começou a melhorar a sua frequência. Ótimos aptos. duplex e até mesmo triplex, começaram a levantar o bairro. Hoje começamos então a ter problemas de locomoção, que abrangendo - Jaguaré e bairros integrados então com Vila Leopoldina e bairros também agregados, superpopulacionados, veem dificultando e muito o vai e vem de todos. A ponte do Jaguaré não dá mais conta do fluxo. Eu acredito que uma nova ponte deveria ser feita ligando os dois lados, mais preocupando-se com a vias que acessariam essa nova ponte, porque por exemplo, a ponte do Jaguaré em si não é o problema, mas sim os acessos à ela. Então teríamos que fazer um estudo mais aprofundado das vias que acessariam a nova ponte, tanto desse lado do Jaguaré como do outro que poderia ser Vila Leopoldina e ou Vila Lobos. No lado da Vila Leopoldina, hoje com o CEAGESP estaria inviável, pois teríamos ele como obstáculo, talvez com a saída dele, aí sim poderia ser criado outras alternativas. Já do lado do Jaguaré, temos a famosa comunidade do morro do Jaguaré, também impossível o seu remanejamento. Talvez o maior local indicado seria aonde hoje encontra-se a Av. Engenheiro Mackenzie - a av. aonde está a BUNGE. Ela possui um traçado já feito, que não teria que acrescentar muita obra. Acho que o caminho terá que ser esse mesmo, para amenizar-mos o hoje tão complicado congestionamento diário. Vejam tudo isso levando-se em conta a realização de viadutos aéreos, pois temos nesse caminho um rio o Pinheiros. Deveria ser feito algo parecido com as alças que foram efetuadas na região da Anhanguera e Bandeirantes.</p>	URBANISMO	06/10/2018 19:28	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> O diagnóstico do PIU ACP mostrou que o território é marcado pela baixa densidade populacional, com a presença das maiores concentrações populacionais nas áreas que apresentam precariedade habitacional e urbana. Em consonância com o PDE de São Paulo, o PIU ACP definiu entre suas diretrizes assegurar moradia digna para quem precisa, e se propõe a enfrentar as questões habitacionais existentes, priorizando a consolidação da população; reduzir a vulnerabilidade social da população em situação de rua por meio do acolhimento habitacional e atendimento das demandas específicas; produzir moradia para atender as famílias removidas em decorrência de obras públicas, o déficit habitacional acumulado e a demanda futura; aplicar a cota de solidariedade originária do Arco Pinheiros dentro do perímetro do PIU e viabilizar terras para a provisão habitacional para atender às necessidades habitacionais no perímetro e ao déficit habitacional acumulado e à demanda futura. <p>Ao mesmo tempo, os estudos deverão propor aumento da cobertura vegetal, implantar rede ambiental, conectando áreas verdes urbanas, equipamentos relevantes e diferentes modais de transporte, por meio de eixos ambientais; e promover a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP).</p> <ul style="list-style-type: none"> O PIU Arco Pinheiros está estudando as várias alternativas de transposição do Rio Pinheiros que foram propostas nos últimos anos, desde a altura da Av. Eng. Billings até a altura da Av. Escola Politécnica, visando avaliar a que melhor atenderia a nova ligação entre as duas margens e o desenvolvimento proposto. A localização exata da ponte ainda não foi definida, será objeto de discussão entre os órgãos competentes e validada junto à sociedade civil Os estudos desenvolvidos na próxima etapa do PIU ACP, com as intervenções propostas mais detalhadas e suas localizações serão publicados no site www.gestaourbana.sp.gov.br e postos à discussão para a construção de um projeto acordado por toda a população.

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
109	Ana Kika Lanari (Moradora da Vila Leopoldina)	anamlanari@yahoo.com.br	<p>Primeiro gostaria de Parabenizar pela iniciativa de intervenção. Muito importante para essa região. No entanto, alguns pontos devem ser considerados, como por exemplo, o risco de adensamento populacional desordenado a ponto de comprometer a mobilidade e saúde no bairro, visto TB a mudança dos eixos de áreas verdes.</p> <p>E a saída do Ceagesp considerada certa não é precoce demais? Temos solicitação de Tombamento de Patrimônios na área do Ceasa, não vejo os mesmos no Mapa. E mais, em explanação da SP Urbanismo ao Conselho Participativo da Lapa foi dito que o PIU Leopoldina "representa 10% do PIU Arco de Pinheiros" e pq não é tratado dessa forma nessa apresentação?</p> <p>Vários pontos não ficam claros durante essa Consulta. Inclusive aqui reitero um pedido de que todo o caderno administrativo do PIU Leopoldina seja digitalizado, pois até agora não está disponível como disseram que estaria no início desse ano. A Intervenção é sim muito importante, mas tem que haver mais transparência nas informações e envolvimento de Representantes dos bairros envolvidos nesse projeto. Uma intervenção Urbana só é efetiva ao meu ver se for para atender as demandas da população local, e melhorar qualidade de vida, mobilidade e segurança baseada em uma política de governança sólida. Esse tem que ser o início desse racional, e jamais em detrimento disto atender os interesses da gestão da ocasião.</p>	URBANISMO / ADENSAMENTO/ MEIO AMBIENTE/	02/11/2018 02:01	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A adequação da capacidade de suporte ocorrerá através da ampliação e não da implantação dos serviços à medida em que a demanda aumentar. Uma vez que o adensamento é uma diretriz do PDE, as concessionárias de serviços públicos deverão prover os serviços necessários. Não obstante, a SP Urbanismo providenciará as manifestações das concessionárias e permissionárias sobre as condições de atendimento à futura demanda. Quanto à necessidade de áreas verdes, o diagnóstico ambiental revelou a real necessidade da região e o projeto propõe a implementação de áreas verdes, alamedas, bulevares, formando corredores que interligarão praças e parques visando a ampliação dos espaços públicos e áreas de lazer. Esta é a primeira consulta pública do PIU Arco Pinheiros, não conseguimos identificar de qual alteração se refere o comentário a respeito dos eixos verdes. Os estudos em desenvolvimento, ao detalhar o projeto, poderão esclarecer esta questão. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp. Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para receber futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo. Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.
105	Fernanda Lima Victal Ferreira	ferlimav@gmail.com	<p>Questiono o projeto de Intervenção Urbana, proposto pela Prefeitura Municipal de São Paulo, com objetivo atrair mais de 70 mil moradores para o entorno da Vila Leopoldina e do Jaguará; pois a região não comporta tamanha densidade demográfica, não há infraestrutura suficiente no sentido de saneamento básico, transporte público, assim como vias de acesso a região. Seria uma superlotação do local. Além disso, qual de fato será o futuro do CEAGESP, principal atividade comercial da região? A Prefeitura não teria planos para que o terreno recebesse um polo tecnológico? Por que adensar populacionalmente este trecho sem estudos aprofundados de impacto?</p>	URBANISMO/ ADENSAMENTO/ CEAGESP	01/11/2018 23:10	Comentários	<ul style="list-style-type: none"> A adequação da capacidade de suporte ocorrerá através da ampliação e não da implantação dos serviços à medida em que a demanda aumentar. Uma vez que o adensamento é uma diretriz do PDE, as concessionárias de serviços públicos deverão prover os serviços necessários. Não obstante, a SP Urbanismo providenciará as manifestações das concessionárias e permissionárias sobre as condições de atendimento à futura demanda. Quanto à necessidade de áreas verdes, o diagnóstico ambiental revelou a real necessidade da região e o projeto propõe a implementação de áreas verdes, alamedas, bulevares, formando corredores que interligarão praças e parques visando a ampliação dos espaços públicos e áreas de lazer. O PIU ACP leva em consideração o disposto no Art. 159 da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402 de 2016), que cria condicionantes para uma eventual alteração da localização no entreposto. Paralelamente ao PIU ACP, em resposta à demanda da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a FIPE está desenvolvendo um extenso estudo a respeito da implantação de ambientes de inovação e criatividade – com foco na atração e desenvolvimento das indústrias criativas e

Nº	NOME	EMAIL	COMENTÁRIO	EIXO TEMATICO	DATA	ITEM COMENTADO	RESPOSTA
							<p>atividades intensivas em inovação tecnológica – sendo uma das áreas objeto de viabilidade o território da Ceagesp.</p> <p>Neste contexto, o PIU ACP se desenvolve no sentido de garantir que as diretrizes urbanísticas específicas para a área da Ceagesp construam uma base para recepcionar futuras transformações de uso e ocupação da área, alinhando-se com a necessidade de intensificação do uso do solo.</p> <p>Considerando que a governança da Ceagesp está atrelada a outras esferas do poder público (federal e estadual) e que depende da articulação de diversas instâncias para receber definições urbanísticas mais detalhadas, o PIU ACP deverá em seus estudos considerar diferentes cenários para que considerem (i) sua saída integral, (ii) sua compactação – em diferentes níveis – e (iii) sua permanência com modernização.</p>
42	Sociedade Moradores do Butantã City Sociedade Moradores do Butantã City (Sociedade Moradores do Butantã City)	carlos@immobili.com.br	A Sociedade Moradores do Butantã City, apoiada por moradores da City Butantã, manifesta-se contrariamente ao PIU Arco Pinheiros mais especificamente com relação às alterações dos parâmetros de ocupação do solo na Cidade Universitária e na Rua Alvarenga, porquanto essas intervenções contrariam flagrantemente a diretriz do inciso IV, do parágrafo 1º, do art. 136 do PDE, na medida em que não melhorarão mas piorarão as condições ambientais locais e da cidade, significando claro retrocesso ambiental. A Cidade Universitária e a ZER City Butantã que lhe é lindeira, cujo perímetro se inicia exatamente na Rua Alvarenga, com as características que têm, prestam relevantes serviços ambientais à cidade: a) mitigando os efeitos das suas ilhas de calor; b) permitindo a ação dos ventos na dispersão dos poluentes, agindo em favor das condições de saúde na cidade, sobretudo na prevenção de doenças respiratórias, cardíacas e mentais. Nessas duas áreas pede-se a manutenção dos atuais parâmetros de ocupação do solo.	USP	31/10/2018 20:18	Motivação	<ul style="list-style-type: none"> • A Lei nº 16.402/2016 que dispõe sobre parcelamento, uso e ocupação do solo classificou a área da USP como Zona de Ocupação Especial – ZOE. As ZOE são porções do território que, por suas características específicas, necessitam de projeto de intervenção urbana, aprovado por decreto, que disciplina seus parâmetros de ocupação do solo. • Os estudos em desenvolvimento do PIU ACP reconhecem a importância da atividade que lá desenvolve, bem como sua qualidade urbanística e ambiental. Desta forma, o PIU ACP não contempla proposta de transformações urbanísticas, econômicas e ambientais que agravem estas condições. Esta informação poderá ser verificada ao longo do desenvolvimento do projeto nas próximas consultas públicas. • O perímetro do PIU ACP não contempla a Rua Alvarenga, bem como a ZER City Butantã.